

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Elena Casagrande

**PROTAGONISMO POPULAR E NECESSIDADES HUMANAS: UM ESTUDO COM
MULHERES DA COMUNIDADE MONT SERRAT – FLORIANÓPOLIS/SC**

Florianópolis
2010

Elena Casagrande

**PROTAGONISMO POPULAR E NECESSIDADES HUMANAS: UM ESTUDO COM
MULHERES DA COMUNIDADE MONT SERRAT – FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profª Mirella Farias Rocha.

Florianópolis
2010

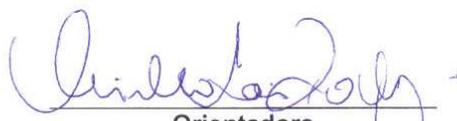
ELENA CASAGRANDE

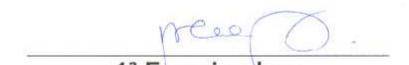
**PROTAGONISMO POPULAR E NECESSIDADES HUMANAS: UM ESTUDO COM
MULHERES DA COMUNIDADE MONT SERRAT – FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA


Orientadora
Profª. Ms. Mirella Farias Rocha
Departamento de Serviço Social UFSC


1ª Examinadora
Profª. Drª. Maria Teresa dos Santos
Departamento de Serviço Social


2ª Examinadora
A.S. Fernanda Tomasi
Centro Social Marista Mont Serrat

Me querem mãe, e me fazem fêmea.
Me querem líder, e me fazem submissa.
Me fazem omissa, e me cobram participação.
E me atrofiam, e cobram...
E as crianças, me impedem de ir...
mais tarde, um dia...
Me impedem de ir e me cobram a busca
Me enclausuram nas prendas do lar
e me cobram conscientização.
Me impõem modelos, gestos,
atitudes e comportamentos.
E me querem única.
Me tolhem os movimentos e me querem ágil.
Me castram os desejos e me querem no cio.
Me castram, podam, falam e decidem por mim
E me querem plena.
Me tolhem o canto e me querem música
Me apertam os cintos e me cobram liberdade.

Coletivo de mulheres livres anônimas
in João Bello, Poemas "O parque dos nossos sonhos"

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

À minha família, especialmente meus pais, pelos ensinamentos de coragem, justiça, luta e persistência.

Às queridas amigas: Jéssica (meiga!), pelas incansáveis idas à BU e pela paciência; Ediane (lutadora!) e Taise (amada!), pelas conversas, trocas, buscas e palavras de incentivo.

Ao Julian, namorado e companheiro, pelo carinho e cuidado que me sustentaram e incentivaram nos momentos de medo e dúvida. Obrigada por me motivar a acreditar em mim!

Aos colegas de trabalho na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB Regional Sul 4, especialmente aos companheiros e companheiras dos Pastorais Sociais (Fabiana, Rodrigo, Pe. Roque, Atta, Nando, Marcio) por contribuírem sem igual para manter viva a esperança e a utopia na caminhada.

À Pastoral da Juventude, meu primeiro (e grande!) amor na construção de *outro mundo possível*, que, ampliando meus horizontes, me deu a oportunidade de fazer este caminhar e chegar até aqui.

Ao Centro Social Marista Mont Serrat, pelo exemplo de serviço àquela comunidade. Especialmente à Equipe de Trabalho: Gelson, Katia, Dani, Daiane, Gui e Fernanda pela acolhida e carinho para com “a estagiária”.

Às mulheres guerreiras da comunidade Mont Serrat, que através de suas vidas, palavras, expressões e olhares, ampliaram minha indignação e fortaleceram minhas convicções na busca pela transformação social.

À Assistente Social Fernanda Tomasi, supervisora de estágio, que pelos diálogos e pela sua prática diária me fez sentir o “gostinho” do que é ser Assistente Social. Obrigada, Fêr pela preciosa contribuição na minha formação e pela compreensão de sempre.

Aos professores e colegas do Curso de Serviço Social pelas trocas e aprofundamentos em todo o processo de minha formação acadêmica.

À Mirella Rocha, mestre orientadora, pelo incentivo, pela paciência e principalmente pelas contribuições fundamentais nesta construção árdua e prazerosa.

Construir 'caminhando a caminhada' revolucionária exige que não se lateralize os desafios decorrentes da complexa tarefa de construção do conhecimento crítico, a serviço das causas da democracia, da igualdade e justiça social. É tempo, pois, de realizar as investigações e desencadear os processos coletivos comunitários voltados para a produção do pensamento popular, uma vez que [...] o 'povo-pobreza' sempre tem sido manejado, subestimando em sua criatividade e aportes, em sua condição de agente histórico. Superar tal alheamento, tanto na teoria quanto na prática política, é um desafio permanente do processo revolucionário. Portanto, decifrar a realidade, burilar ferramentas, fazer parte da construção do conhecimento popular e difundir o saber crítico e comprometido são propósitos essenciais ao enfrentamento e à consequente ruptura com a lógica da dominação e superexploração capitalista, própria da realidade latino-americana

Beatriz Augusto Paiva (2005, p. 116)

CASAGRANDE, Elena. **Protagonismo Popular e Necessidades Humanas: Um estudo com mulheres da comunidade Mont Serrat – Florianópolis/SC.** 2010. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se a analisar a importância do protagonismo popular no desenho das políticas socioassistenciais. Esta análise é feita a partir do aprofundamento das necessidades humanas básicas que devem ser consideradas no desenho das políticas socioassistenciais tendo em vista a ampliação e a concretização dos direitos sociais em busca da autonomia dos sujeitos. Busca-se ainda perceber como historicamente a população usuária das referidas políticas foram se constituindo para ser hoje uma população que necessita de assistência social, sem ter muito protagonismo sobre a formulação desta política. Analisou-se também o novo desenho da Política Nacional de Assistência Social, visando sustentar a importância do protagonismo popular na estrutura dos programas, projetos e serviços. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa social, de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com 15 mulheres da comunidade Mont Serrat, situada em Florianópolis/SC.

Palavras chave: Necessidades Humanas; Protagonismo Popular; Política Socioassistencial; Centro Social Marista Mont Serrat

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia
ABEC – Associação Brasileira de Educação
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
UCE – União Catarinense de Educação
PJM – Pastoral Juvenil Marista
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CPF – Cadastro de Pessoa Física
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
AIDS – Acquired Immune Deficiency Syndrome
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
TLCE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA E GRÁFICO 1 – FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES ENTREVISTADAS	58
TABELA E GRÁFICO 2 – PROFISSÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	58
TABELA E GRÁFICO 3 – SITUAÇÃO ATUAL NO MERCADO DE TRABALHO	59
TABELA E GRÁFICO 4 – ESTADO CIVIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS	60
TABELA E GRÁFICO 5 – NÚMERO DE DEPENDENTES.....	62
TABELA E GRÁFICO 6 – NÚMERO DE PESSOAS QUE VIVEM NA CASA	62
TABELA E GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES NO CENTRO SOCIAL MARISTA.....	63
TABELA E GRÁFICO 8 – CONHECIMENTO DAS OFICINAS OFERECIDAS NO CENTRO SOCIAL MARISTA.....	65
TABELA E GRÁFICO 9 – PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS OFERECIDAS NO CENTRO SOCIAL MARISTA.....	65
TABELA E GRÁFICO 10 – OFICINAS PARTICIPADAS NO CENTRO SOCIAL MARISTA.....	66
TABELA E GRÁFICO 11 – MOTIVOS DA NÃO PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS DO CENTRO SOCIAL MARISTA	66
TABELA E GRÁFICO 12 – SE AS OFICINAS OFERECIDAS ATENDEM AS NECESSIDADES DAS ENTREVISTADAS	69
TABELA E GRÁFICO 13 – O QUE BUSCA-SE AO PARTICIPAR DE UMA OFICINA	69
TABELA E GRÁFICO 14 – INTERESSE EM PARTICIPAR DAS OFICINAS NO CENTRO SOCIAL MARISTA MONT SERRAT	70
TABELA E GRÁFICO 15 – OFICINAS SUGERIDAS PARA REALIZAÇÃO NO CENTRO SOCIAL MARISTA.....	70
TABELA E GRÁFICO 16 – PARTICIPAÇÃO EM ALGUMA ORGANIZAÇÃO NA COMUNIDADE OU MOVIMENTO SOCIAL	72
TABELA E GRÁFICO 17 – ORGANIZAÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL QUE PARTICIPAM.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. OS SUJEITOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS NECESSIDADES HUMANAS: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA	17
1.1 OS SUJEITOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
1.2 AS NECESSIDADES HUMANAS E O PROTAGONISMO POPULAR	26
2. A POLÍTICA SOCIOASSISTENCIAL E AS MULHERES DO MONT SERRAT	37
2.1. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	37
2.1.1 <i>Centro Social Marista Mont Serrat – Florianópolis/SC</i>	42
2.2. AS MULHERES DA COMUNIDADE MONT SERRAT: GRITOS SILENCIADOS, NECESSIDADES EVIDENTES	51
2.2.1 <i>Procedimentos Metodológicos da Pesquisa</i>	52
2.2.2 <i>Identificando as Mulheres Entrevistadas</i>	55
2.2.3 <i>As Mulheres Entrevistadas e o Centro Social Marista Mont Serrat</i>	63
2.2.4 <i>As Mulheres Entrevistadas, suas Necessidades e seu Protagonismo</i>	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A	84
APÊNDICE B	89

INTRODUÇÃO

“Quero ver brotar o direito como água,
e correr a justiça como riacho que não seca”
(Amós 5,24)

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de um processo de aproximação à realidade da participação das mulheres em projetos socioassistenciais desenvolvidos pelo Instituto Marista do Brasil no território da comunidade do Mont Serrat em Florianópolis através do Centro Social Marista Mont Serrat.

Este estudo visa referenciar a importância do protagonismo popular como eixo estrutural dos serviços socioassistenciais públicos, tendo em vista seu vínculo orgânico fundamental com a satisfação das necessidades humanas básicas. Apesar da política social no Brasil ter um *legado subalternizado*, e estar diretamente ligada à reprodução do sistema capitalista, a mesma política apresenta – explicitando assim seu caráter contraditório – inovação na garantia dos direitos aos cidadãos, saindo do campo do assistencialismo para a efetivação de políticas que fomentem a autonomia e emancipação dos usuários. Nosso entendimento é de que a satisfação plena das necessidades humanas básicas é elemento constitutivo do desenvolvimento da política socioassistencial tendo em vista a ampliação e a concretização dos direitos sociais em busca da autonomia dos sujeitos – tema que será abordado nesse TCC.

Considerando essa perspectiva é que referenciamos o presente Trabalho de Conclusão de Curso, na direção de uma política de assistência social iluminada pela perspectiva de satisfação das necessidades básicas, com vista à participação e a libertação (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010). Defendemos, portanto, a radical democratização dos serviços socioassistenciais, considerando a possibilidade de superação efetiva de “políticas sociais focalizadas, reprodutoras da pobreza extrema” (PEREIRA, 2008, p. 187), no caminho de uma política que possibilite o *acesso do conjunto de trabalhadores superexplorados ao excedente socialmente construído pela sua classe combinado ao acesso ao poder político, historicamente negligenciado ao povo brasileiro*. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

Em seus estudos sobre as classes subalternas e a assistência social, Yazbek (1996) alerta que a política de assistência social pode “significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo” (YAZBEK, 1996, p. 134). Esse especial lugar está organicamente vinculado com o fomento à participação da população usuária na contramarcha dos processos político-econômicos e culturais que historicamente a vinculam com a concepção de *ajuda*.

É nesse sentido que neste trabalho, propomos a análise da vinculação orgânica do processo de satisfação de necessidades humanas básicas com o protagonismo popular no âmbito dos serviços no espaço do SUAS, incluindo os serviços prestados pela rede socioassistencial, tendo em vista adensar a hipótese que reconhece um caminho valioso para a política de assistência social, reconhecendo-a a partir da possibilidade de fomento da autonomia dos sujeitos, tal como referenciada por Pereira (2008).

O SUAS implantado em 2005, dentro de um processo iniciado com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que firmou “a assistência social como política pública do sistema de proteção social do país, a seguridade social” (LOPES, 2006, p. 77). Com o intuito de implementar os direitos estabelecidos na Constituição, em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004. Esta última, prevê a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

No processo de implementação do PNAS/2004, confirmando o caráter democrático e participativo da política, diversos segmentos da sociedade civil organizada teve efetiva participação” (LOPES, 2006).

O SUAS objetiva fazer com que as famílias beneficiadas sejam mais que só números ou cadastros, o SUAS pretende torná-las “forças vivas em mobilização” (SPOSATI, 2006, p. 98). Assim, este Sistema representa uma inovação na garantia dos direitos aos cidadãos, saindo do campo do assistencialismo. Neste mesmo sentido, Lopes (2006) afirma que o trabalho no campo socioassistencial após a implementação da LOAS quer garantir redução, e até mesmo a eliminação das vulnerabilidades sociais, ao mesmo tempo em que desenvolve as potencialidades necessárias para a autonomia dos sujeitos. Pode-se afirmar que a “LOAS significou uma evolução para o campo assistencial, com a divisão de responsabilidades entre as três esferas federativas, com a definição de programas, projetos e serviços que

tem a proposta de romper com ações fragmentadas e paliativas” (SOARES, 2009, p. 13)

No que tange ao novo modelo de gestão do SUAS, cabe dizer que ele é um sistema que se organiza em todo território nacional atendendo “as necessidades de proteção e seguridade social por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos” (LOPES, 2006, p. 83) e também articula as políticas de benefícios com as políticas sociais. Essa articulação, exige busca de novas formas de gerenciamento, busca de recursos locais, além do exercício de intersetorialidade (SPOSATI, 2006) uma vez que o Sistema não se organiza de forma isolada.

Neste novo modelo, para consolidar o Sistema Único de Assistência Social, os serviços se estruturaram a partir dos níveis de complexidade. São dois os níveis organizados: CRAS e CREAS. Os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social assumiram a dimensão preventiva, constituindo-se “como porta de entrada da proteção social básica” (LOPES, 2006, p. 88). Devem estar localizados em áreas de risco e vulnerabilidade social. Já os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS atendem aos casos que necessitam de proteção especial. Buscam proteger as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados. No âmbito da proteção especial, existem dois níveis: Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atende situações de direitos violados, mas vínculos familiares e comunitários não rompidos e Proteção Social Especial Alta Complexidade, que provê situações em que foram violados ou rompidos os vínculos familiares, necessitando assim de atendimento integral institucional.

Atualmente, apesar da regulamentação referenciar *a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política em todos os níveis de governo*, boa parte dos projetos, programas e serviços socioassistenciais são realizados pelas Entidades de Assistência Social e demais organizações da sociedade civil, que compõe a rede socioassistencial no território referenciado. Yasbek afirma que

É importante ainda lembrar que os serviços socioassistenciais não se restringem aos órgãos públicos de prestação direta de serviços, compreendendo também a ação de entidades sociais privadas (subvencionadas ou não pelo Estado) que executam programas assistenciais. (YASBEK, 1996, p. 134)

O Centro Social Marista Mont Serrat, ao qual nos referimos neste trabalho, é uma destas entidades sociais privadas. O Centro Social Marista Mont Serrat integra a Rede Marista de Solidariedade que é ligada ao Instituto dos Irmãos Marista. O Instituto Marista é uma instituição de natureza privada sem fins lucrativos e de caráter religioso que se dedica especialmente à educação de crianças e jovens, sobretudo aos mais carentes. O referido Instituto (bem como cada uma de suas instituições) é administrado pela Congregação dos Irmãos Maristas que teve sua origem na França no ano de 1816, cujo fundador é Marcelino Champagnat. A atuação do Instituto dos Irmãos Maristas é centrada na defesa dos direitos da criança e do adolescente e abrange Serviços, Programas e Projetos Sociais. Nos Centros Sociais (são 26 no total) são desenvolvidos projetos que privilegiam o sujeito enquanto protagonista, na busca pelo fortalecimento da cidadania e valores solidários, com o objetivo de promover novos cenários para as infâncias e juventudes.

A partir da identificação do Instituto Marista do Brasil no âmbito da rede socioassistencial no território correspondente à comunidade do Mont Serrat em Florianópolis, bem como da observação do exercício profissional do Serviço Social na mesma instituição se percebeu, no decorrer do processo de estágio realizado no primeiro semestre do ano de 2010, a baixa densidade participativa da comunidade local nos projetos oferecidos pelo *Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*.

O referido *Serviço* se configura através de *Projetos Institucionais* e *Projetos de Parâmetros Locais*. O *Projeto Cidadania* e o *Projeto de Atenção à Família* são projetos institucionais, e os *Projetos: Comissão de Pais, Sexualidade e Educação, Teatro e Vida, Preparando para o Rito de Passagem, Oficina de Cerâmica – Rosa da África, Inclusão Digital para a Cidadania* e projeto *100 anos de história – re-significando o espaço da “Caixa”*, são de parâmetros locais.

O *Serviço Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*, atende diretamente 34 (trinta e quatro) famílias, sendo destas 9 (nove) no projeto de Atenção à Família. Vale destacar que o Projeto Cidadania desenvolvido no Serviço Sociofamiliar tem atendimento aberto à comunidade, atendendo suas demandas, com atuação política e de articulação, não trabalhando diretamente com metas quantitativas.

Essa diminuição significativa da participação constatou-se especialmente observando o Projeto Oficina de Cerâmica Rosa da África, o Projeto de Inclusão

Digital para a Cidadania e o Projeto Teatro e Vida. No primeiro semestre de 2010, quando da observação, constatou-se que das 15 (quinze) vagas oferecidas para a Oficina de Informática para a Cidadania, apenas 6 (seis) eram ocupadas e das 12 (doze) vagas oferecidas ao Grupo de Cerâmica Rosa da África, somente 3 (três) estavam preenchidas. Já o Grupo de Teatro e Vida nem mesmo estava em andamento devido à falta de participação.

Considerando então, que a população usuária destes projetos são basicamente as mulheres, mães das crianças e adolescentes que participam das atividades do Serviço de Apoio Socioeducativo, surgiram questionamentos: por que há pouca participação nos projetos oferecidos? Quais os determinantes que restringem a participação das mulheres nas atividades? As necessidades humanas básicas das mulheres usuárias dos serviços são consideradas no desenho dos projetos sociais oferecidos? De que forma o protagonismo político das mulheres poderia contribuir para a formulação dos projetos?

Portanto, o tema principal que nos moveu à realização desse estudo, refere-se a retomada do debate teórico-crítico acerca da vinculação orgânica entre necessidades humanas básicas e protagonismo popular. A proposta foi de desenvolver um estudo empírico capaz de identificar as necessidades humanas das mulheres, principalmente das que não estão no mercado formal de trabalho e cujos filhos são usuários do Serviço de Apoio Socioeducativo do Centro Social Marista Mont Serrat, objetivando caracterizar o caráter fundamental do protagonismo popular para o planejamento dos serviços socioassistenciais

Assim, o presente Trabalho tem por objetivo geral “referenciar a importância do protagonismo popular como eixo estrutural dos serviços socioassistenciais públicos, tendo em vista seu vínculo orgânico fundamental com a satisfação das necessidades humanas básicas”.

A partir deste objetivo geral, buscou-se desenvolver o trabalho a partir dos objetivos específicos que seguem:

- Retomar o debate teórico-crítico sobre necessidades humanas, bem como sua vinculação com as políticas sociais de modo geral e socioassistenciais de modo particular;
- Analisar o novo desenho da Política Nacional de Assistência Social, visando sustentar a importância do protagonismo popular na estrutura dos programas, projetos e serviços;

- Identificar as necessidades humanas das mulheres que estão fora do mercado formal de trabalho – cujos filhos são usuários do Serviço de Apoio Socioeducativo do Centro Social Marista Mont Serrat – tendo em vista caracterizar o caráter fundamental do protagonismo popular para o planejamento dos serviços socioassistenciais.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve o objetivo de aproximar a pesquisadora com o que já foi produzido sobre o tema em questão e a pesquisa de campo realizada tem caráter de pesquisa social, pois teve a preocupação de considerar e “reconhecer a especificidade histórica e a construção social dos fenômenos existentes” (RICHARDSON, 2008, p. 92). Considerando assim, a lógica dialética, do fenômeno no seu desenvolvimento, estudando desde sua natureza até sua transformação de forma consciente, considerando sua aparência e sua essência.

No decorrer da pesquisa alguns cuidados foram tomados para que, conforme Richardson (2008), a pesquisa social, qualitativa seja garantida na sua criticidade e tenha maior validade, como por exemplo, o local das entrevistas e a forma de comportar-se perante as declarações. Deve-se ainda, escolher um *local adequado* e que tenha uma familiaridade com os entrevistados. Richardson (2008), recomenda também em relação aos comportamentos e declarações, se deve manter um certo distanciamento, mas não muito, para que consiga garantir um relatório coerente e detalhado.

Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista. As entrevistas e outras anotações/observações transformam-se assim em fontes de “novas formas de compreender determinado fenômeno.” (RICHARDSON, 2008, p. 102). A entrevista implica relacionamento profissional entre os envolvidos, tendo uma postura profissional, respeitando a fala dos entrevistados e enxergando-os como sujeito de direitos. (MAGALHÃES, 2006)

Os sujeitos da pesquisa que é analisada no decorrer deste trabalho são 15 mulheres da comunidade Mont Serrat, situada em Florianópolis/SC que foram selecionadas a partir das fichas de matrícula das crianças e adolescentes usuários do *Serviço de Apoio Socioeducativo* do Centro Social Marista Mont Serrat no primeiro semestre de 2010. As mulheres autonomaram-se com nomes fictícios para que o sigilo das informações seja garantido.

Tendo por base estas considerações o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: a seção 1 apresenta na subseção 1.1 a construção histórica dos usuários das políticas socioassistenciais, reconhecendo suas dificuldades de participação como sendo construídas historicamente no processo de subalternização, que vem desde o processo de colonização da América Latina até as práticas assistencialistas que contribuíram na origem da profissão do serviço social e na sub-seção 1.2 apresenta o debate teórico-crítico acerca das necessidades humanas básicas buscando identificar sua relação com o protagonismo popular que tem vínculo orgânico fundamental com a satisfação das necessidades humanas básicas; a primeira sub-seção da seção 2 apresenta a atual Política Nacional de Assistência Social e o Centro Social Marista Mont Serrat e na sub-seção 2.1 são expressos e analisados os resultados da pesquisa feita junto às mulheres que estão fora do mercado formal de trabalho – cujos filhos são usuários do *Serviço de Apoio Socioeducativo* do Centro Social Marista Mont Serrat – tendo em vista a consideração de suas necessidades no planejamento dos Serviços Socioassistenciais.

1 OS SUJEITOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS NECESSIDADES HUMANAS: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA

A seção que segue tem a pretensão de apresentar quem são os sujeitos atendidos pelas políticas socioassistenciais na atualidade, salientando a construção histórica destes num processo de subalternização que acarreta na não participação dos mesmos nos processos coletivos de construção.

É de fundamental importância ao analisar a participação (ou a não participação) do usuário das políticas socioassistenciais, que seja considerada a construção histórica do sujeito da assistência. Uma construção subalternizada, de exploração e dominação.

A seção apresenta primeiramente a construção histórica dos usuários da atual política social e na seqüência o debate acerca das necessidades humanas. Demandas estas que devem ser consideradas na formulação das políticas sociais. Este debate é de fundamental importância na análise acerca da participação das mulheres para que não se culpabilize as mesmas por não perceber a construção histórica da situação.

1.1 OS SUJEITOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

“Meu irmão índio, meu irmão afro,
meus latinos companheiros,
nós somos vítimas da dependência
de um império estrangeiro.
É assim meu povo, a nossa América Latina.
(Augusto Brito)

Pensar a política socioassistencial no Brasil requer minuciosa atenção aos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios, a partir de uma perspectiva histórica. Olhar para o povo¹ brasileiro e compreender de onde vem,

¹ Ressaltamos que neste trabalho ao utilizar a categoria povo ou massa nos referimos à classe trabalhadora. “Quando falo de povo, refiro-me a grande massa oprimida, à qual tudo prometem, enganam e atraioam; que aspira a uma pátria melhor mais digna e mais justa; que é movida por anseios ancestrais de justiça por haver sofrido, geração após geração, a injustiça e a zombaria; [...] o povo, são os seiscentos mil cubanos que estão sem trabalho, [...]; os quinhentos mil operários do

historicamente, a massa dos atendidos pela política de assistência social na atualidade não é tarefa fácil, uma vez que a própria construção do Brasil é complexa. Ainda mais quando reconhecemos que a história que conhecemos de forma natural é a partir da versão eurocêntrica e não a partir dos explorados da história. A primeira tarefa que se tem é romper com este paradigma e construir a história a partir da lógica do povo explorado. É preciso reconhecer que houve um processo amplo de exploração e até mesmo extermínio de povos inteiros, seja através da imposição de outros hábitos, outras culturas ou mesmo, de forma muito perversa, através da matança dos povos.

Bem, a Europa, expressão do velho mundo, num impulso relacionado a emergência e expansão do capitalismo, em nome do desenvolvimento do comércio mundial, iniciou sua expansão marítima para o chamado novo mundo a partir do século XV. Nesse movimento de expansão do capitalismo em escala global, a região hoje conhecida como América Latina, e dentro dela o Brasil, foram “descobertos” e inseridos no circuito de acumulação.

Num primeiro momento a região da América chegou a ser desprezada, pois o objetivo central da expansão pelo mar era o comércio, e encontraram um

[...] território primitivo, habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. (PRADO JUNIOR, 2004, pg. 16)

Assim, no tempo histórico devido, a América Latina foi explorada como espaço de espoliação, de acumulação primitiva de capital, tendo em vista o desenvolvimento capitalista na Europa. Nesse sentido, o povo nativo sofreu um

campo que vivem nos *bohíos*, que trabalham quatro meses no ano, passando fome no tempo restante, compartilhando a miséria com seus filhos que não têm uma polegada de terra; os quatrocentos mil operários industriais e braçais, cujos ingressos estão todos desfalcados, cujas conquistas lhes estão sendo arrebatadas, cujas casas são cortiços infernais, cujo futuro é o desemprego, cuja vida é o trabalho eterno e cujo descanso é o túmulo; os cem mil pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando na terra que não é sua, contemplando-a, como Moisés contemplava a Terra Prometida, até morrer sem chegar a possuí-la [...]; os trinta mil professores primários, e demais professores, tão abnegados, sacrificados e necessários para que as futuras gerações tenham melhor destino, e aos quais se trata e paga tão mal; aos vinte mil pequenos comerciantes esmagados pelas dívidas e arruinados pela crise; os dez mil jovens profissionais [...]" (CASTRO RUZ apud ROCHA, 2009, p. 24)

processo de *aculturação*² aos poucos deixando de ser ele próprio, com suas crenças e costumes. Fanon (1968) retrata este processo quando escreve:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito destes homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. (FANON, 1968, p. 9)

Assim, destituídos de si próprios, os povos originários passam a ter a vida conduzida pela dinâmica do novo sistema. Tudo era transformado em mercadoria para gerar lucro para a comunidade européia.

Começa assim e ali o desmonte daquela mole imensíssima de povos, civilizações e culturas, enquanto formas autônomas de ser da humanidade, para sobre seus escombros se reconstruírem, eles próprios, como o oposto de si mesmos, sob a regência do dominador estrangeiro e hostil. (RIBEIRO, 1991, p. 16)

Ao mesmo tempo que esta era a lógica que orientava a colonização, ela não era uma lógica exposta, ou seja, clara aos que estavam sendo submissos a ela. O que era utilizado para convencer os povos eram motivações espirituais, isto é, “espanhóis e portugueses perpetraram suas façanhas em nome da Cristandade, querendo crer que cumpriam a santa destinação de livrar índios de idolatrias e heresias para salvar, ao menos, suas almas para a vida eterna.” (RIBEIRO, 1991, p. 17)

De acordo com análise de Ribeiro (1991), as inspirações espirituais davam conta então de salvar a alma dos índios, já o corpo, como era descartado desta salvação, foi então brutalmente explorado pelos colonizadores, tanto é que “já no fim do primeiro século, reduziu-se a população original americana de cerca de noventa milhões a menos de dez, vitimados nas guerras e pelas pestes brancas, mas sobretudo na escravidão.” (RIBEIRO, 1991, p. 16)

Desse modo, a população nativa foi exterminada, ou pelas doenças trazidas pelos europeus, ou a partir dos processos econômicos aos quais foram submetidos, que constituíram a população local como força de trabalho

² Cf. Ribeiro (1991)

superexplorada, ou tornando-se *tribos especializadíssimas na fuga, deslocando-se incansavelmente* para fugir da civilização.

Hoje, os povos originários que ainda existem são empobrecidos e oprimidos, mesmo assim, continuam na luta por autonomia no comando de sua trajetória. A população indígena, que antes sofreu processo de extermínio, hoje vem aumentando e buscando resgatar sua cultura, seus costumes e tradições.

A resistência dos índios e as lutas por sua identidade, memória, autonomia, convivência pluralista, etc. também persistem, adquirindo novas feições tais como, manifestações públicas, filiação a partidos políticos, associações [...]. (WANDERLEY, 1997, p. 80)

Quando a Europa não se contenta mais com os serviços dos povos encontrados no Brasil vai buscar “milhões de outras gentes” (RIBEIRO, 1991, p. 16) para garantir seu objetivo final, a continuidade do desenvolvimento capitalista. Foram buscados os negros na África, depois os próprios europeus – claro, a classe proletária que não encontrava mais esperança de vida na Europa.

Os negros foram trazidos pelos navios negreiros como escravos, eram comprados e vendidos como uma mercadoria qualquer.

Do século XVI, época de sua chegada, até metade do século XIX, da interrupção do tráfico negreiro, os dados apontam para cerca de 11 milhões de escravos trazidos à América, dos quais a metade nas plantações do Caribe, uns 40% no Brasil e o restante distribuídos pelos distintos países. (WANDERLEY, 1997, p. 90)

A presença da população negra está especialmente na costa brasileira e também nas áreas de mineração. Ao negro, diferentemente que ao indígena e ao europeu, “não foi dado nenhum caminho de fuga ou retorno” (RIBEIRO, 1991, p. 25). Portanto, ao negro só cabia *aprofundar mais sua latinoamericanidade*.

Muitas formas de resistência por parte dos negros foram registradas no decorrer da história, como por exemplo, as fugas e a formação dos quilombos. Em 1888 chegou ao Brasil Lei Áurea libertando os escravos, sendo o Brasil o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão. Os negros, então, livres do trabalho escravo, mas impedidos de ter sua terra pela Lei de Terras que foi promulgada em 1850 – a qual instituiu a propriedade privada da terra, dirigem-se para as cidades para vender sua força de trabalho.

Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios. (STEDILE, 2005, p. 24)

Na cidade, impossibilitados de comprar um pedaço de terra, e assim de construírem suas casas, os negros foram então em busca dos piores terrenos – onde não interessava ao capitalismo – para morar. Ocuparam os morros e as áreas periféricas das cidades, originando assim, as favelas. (STEDILE, 2005).

Dessa forma, teve origem a situação que até hoje percebemos ao olhar para a população negra do nosso país. Além da pobreza decorrente do processo do qual foram vítimas os negros, assim como os indígenas acima citados, sofrem com a discriminação que muitas vezes os mantém em posições subalternas na camada social. Darcy Ribeiro constata um paralelo

[...] entre a cor da pele e pobreza, que dá lugar a uma extratificação social de aparência racial. Assim, os contingentes negros e indígenas que tiveram de enfrentar enormes obstáculos para ascender da condição de escravos à de proletários concentram-se principalmente nas camadas mais pobres da população. (RIBEIRO, 1991, p. 26)

“Superado” o tempo do trabalho escravo, as elites, para substituir a mão-de-obra escrava, realizaram grande propaganda na Europa, principalmente na Itália, na Alemanha e na Espanha “para atrair os camponeses pobres e excluídos pelo avanço do capitalismo industrial”. (STEDILE, 2005, p. 25).

Os colonos que vieram para o Brasil, iludidos pela propaganda da “terra fértil e barata” (STEDILE, 2005, p. 25) tinham em vista *construir um mundo novo*, uma vida nova. Eles “procuravam, então, uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência comprometida.” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 19).

Chegando aqui, com todo o sofrimento da viagem, não encontraram a vida nova prometida conforme canta a música *La Mèrica*, de Ângelo Giusti³. A música conta um pouco esta história falando dos colonos italianos que povoaram a América:

³ Música de Ângelo Giusti, escrita em 1875. Disponível em <<http://italiasempre.com/verpor/merica-merica2.htm>>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

Dalla Italia noi siamo partiti
 Siamo partiti col nostro onore
 Trentasei giorni di macchina e vapore,
 e nella Merica noi siamo arriva'.

*Merica, Merica, Merica,
 cossa saràlo 'sta Merica?
 Merica, Merica, Merica,
 un bel mazzolino di fior.*

E alla Merica noi siamo arrivati
 no' abbiám trovato nè paglia e nè fieno
 Abbiám dormito sul nudo terreno,
 come le bestie abbiám riposa'.

E la Merica l'è lunga e l'è larga,
 l'è circondata dai monti e dai piani,
 e con la industria dei nostri italiani
 abbiám formato paesi e città⁴.

Orgulharam-se de depois de muitos dias de viagem chegaram à América, grande, “longa e larga” e com suas experiências na indústria formaram países e cidades. A busca dos italianos era por melhores condições de vida, por terra para trabalhar, só que por muito tempo o fizeram como mão-de-obra escrava. Assim, muitos europeus ficaram em condição de dependência garantindo apenas a subsistência diária.

Com esta configuração – de índios, negros e europeus – foi se formando o povo brasileiro, uma miscigenação de povos e culturas. Ambos os povos foram explorados e passaram por intenso processo de espoliação e também de

⁴ Tradução: Da Itália nós partimos / Partimos com nossa honra / Trinta e seis dias de máquina e vapor, / e na América chegamos. / *América, América, América, / o que será esta América? / América, América, América, / um belo ramalhoto de flores.* / E na América chegamos / não encontramos nem palha e nem feno / Temos dormido no terreno nu, / como os animais descansamos. / E a América é longa e larga, / é rodeada por montes e planícies, / e com a indústria dos nossos italianos / formamos países e cidades.

resistências que compuseram o “canto das três raças”⁵ conforme os versos que seguem, interpretados em canto por Clara Nunes:

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil
Um lamento triste sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativoiro
E de lá cantou.

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo desta terra
Quando pode cantar
Canta de dor

E ecoa noite e dia
É ensurdecidor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar de dor.

A música retrata a exploração no Brasil que iniciou com a exploração dos indígenas, em seguida dos negros e depois do branco. Essa exploração, desde a formação do Brasil, foi para garantir a constituição do país colonial, cuja produção está relacionada às determinações do comércio exterior.

⁵ Canto Das Três Raças, de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, interpretada por Clara Nunes.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior [...] que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 23)

Essa formação com caráter dominante se mantém até hoje no país e traz conseqüências também nos aspectos cotidianos da vida do povo brasileiro. A formação do povo latino americano deu-se no sentido de ser um povo subordinado, sem voz ativa e isso perpetua até hoje como herança deste processo.

Aqui a metrópole colonista teve um projeto explícito e metas muito claras, atuando de forma mais despótica. Conseguiu, quase de imediato, subjugar a sociedade preexistente, paralisar a civilização original e converter a população em uma força de trabalho submissa. (RIBEIRO, 1991, p. 28)

Com o desenvolvimento da indústria aparece uma grande parcela de população excluída da ordem capitalista.

Fernandes (1989) aponta que é uma população excedente que tem na lógica do capital a função de ser um *exército industrial de reserva*. Este exército, ou população trabalhadora excedente “é fonte de enriquecimento da classe capitalista em geral, necessária à acumulação do capital e parte constituinte dele.” (ROCHA, 2009, p. 59).

Este exército acaba sendo “um elemento de desvalorização do valor monetário do trabalho, de desorganização das classes trabalhadoras e de manipulação repressiva das forças policiais” (FERNANDES, 1989, p. 24).

Assim, por ter uma superpopulação a espera de uma oportunidade para vender sua força de trabalho, acaba havendo uma disputa entre os trabalhadores e o valor pago por esta força de trabalho é diminuído. Neste sentido, para o capital, esta massa sobrando, que está fora do mercado de trabalho é de suma importância.

Iamamoto (2001) apresenta que entre o exército industrial de reserva encontram-se agricultores que são expulsos do campo, devido a redução da necessidade de força de trabalho que se deu pela ampliação da tecnologia no processo industrial, também encontram-se os trabalhadores “ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com ‘máximo de tempo de serviço e mínimo de salário’, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora.” (IAMAMOTO, 2001, p. 15).

Ao olharmos para esta população que se encontra em condições precárias percebemos que são justamente àqueles aos quais nos referíamos no início desta secção: os indígenas, os negros e parcela dos europeus. Percebe-se então claramente a relação da situação atual de vulnerabilidade social com a construção histórica de como se deu a formação destes povos que hoje assim se encontram.

Essa grande massa não é capaz de se unir para lutar pela mudança desta situação porque “são portadores de culturas tradicionais e de crenças inculcadas pelos ‘civilizados’, que excluem esse uso da contraviolência” (FERNANDES, 1989, p. 25). Dessa forma ficam isolados em ilhas sem que ninguém, ou quase ninguém, se preocupe com eles e ficam expostos ao *trabalho barato* e à *alienação política*. Fora do centro da sociedade civil estas populações se tornam preciosas para o sistema de poder.

De um lado, delimitam a extensão do perigo representado por uma massa enorme de ‘inimigos públicos da ordem’. Esta só pode conjugar o perigo mantendo e reforçando a exclusão, isto é, impedindo ou limitando a sua inclusão no mercado de trabalho, no regime de classes e nos grupos institucionalizados dos trabalhadores assalariados. De outro, deixando-as entregues à própria impotência e desorganização e, falso paternalismo e clientelismo político. (FERNANDES, 1989, p. 25)

Assim, os subalternos, “que permanecem abaixo das linhas de classe de subalternização, como o último degrau da sociedade (“indigentes”, populações “carentes” ou “dependentes” e outros)” (FERNANDES, 1989, p. 26) são mantidos sob os controles repressivos, seja por opressão política ou opressão armada, pelos sistemas de poder vigentes.

Fruto de todo este processo “a sociedade civil existente no Brasil incorpora morfologicamente milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres” (FERNANDES, 1989, p. 31), que não tem *nem peso nem voz nessa sociedade*.

Faz necessário então, destacar que considerando toda esta construção histórica, o povo não é culpado por sua situação de miserabilidade e de despolitização. Reforçamos essa verdade:

Não há por que culpar o povo. Excluído, este mantém aparente condição passiva de comparsa surdo, mudo e impassível. Falou-se que foi assim que o povo “assistiu” a todos os acontecimentos de nossa história, que não era a história dele. Mas nem isso é verdadeiro. Ele nunca foi agente ativo,

porque sempre esteve privado da condição de agente histórico.
(FERNANDES, 1989, p. 31)

A mudança deste papel de submissão para agente ativo é um longo processo que pode ser feito através da democracia popular. Quando o povo simples e os proletários forem donos de seu destino, serão “agentes históricos empenhados em construir um novo tipo de sociedade, libertária, igualitária e socialista” (FERNANDES, 1989, p. 32). Enquanto isso não acontece, permanece o desafio

Para esta população o desafio colocado ao longo dos séculos foi o de amadurecer como um povo para si, consciente de seus interesses, aspirante à participação no comando de seu próprio destino. [...] Para firmar nossa identidade e realizar nossas potencialidades, só necessitamos nos livrar de nossas próprias classes dominantes, medíocres e infecundas, que fizeram de nós um proletariado externo do primeiro mundo, impiedosamente explorado. (RIBEIRO, 1991, p. 29)

Quando superarmos estas condições de pobreza, de ignorância e de produtores para suprir as necessidades do mundo europeu, condições às quais estivemos por muitos séculos condenados, “esplenderemos, afinal, como a civilização nova, criativa, solidária, alegre e feliz que havemos de ser.” (RIBEIRO, 1991, p. 29)

1.2 AS NECESSIDADES HUMANAS E O PROTAGONISMO POPULAR

porque, portanto, é sempre um outro,
sempre um outro
quem fala por aí,
e porque aquele
do qual se fala
se cala.

(Hans Magnus Enzensberger)

As políticas sociais estão diretamente vinculadas à dinâmica de reprodução da sociabilidade capitalista. No entanto esse não é um movimento unilateral, pois à medida em que existem contradições no sistema as políticas sociais, ao mesmo tempo que reproduzem a lógica do capitalismo, também atuam no sentido de garantir direitos e satisfazer as necessidades da classe trabalhadora, a partir da sua luta organizada.

As políticas sociais, vinculadas então, à dinâmica de reprodução do modelo de sociedade capitalista, podem tanto contribuir para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora fomentando a emancipação e autonomia dos sujeitos, como podem educar para a submissão e dependência dos atendidos. Sua capacidade de superar a desigualdade social e romper com a ordem do capital, porém, fica limitada, pois no capitalismo contemporâneo, as políticas de proteção social revelam as contradições e os antagonismos das classes sociais. (MOTA, 2006)

Importa referenciar que as necessidades humanas básicas não são somente as necessidades biológicas e naturais como alimento, moradia, habitação, por exemplo, são também as necessidades humanas em seus “aspectos psicológicos, culturais e sociais” (MESQUITA, 2007, p. 22).

Portanto, na reflexão sobre necessidades humanas é preciso rejeitar a posição dos neoliberais que tratam as necessidades humanas como necessidades puramente individuais, classificando-as como desejos, preferências ou até mesmo expectativas ou esperanças.

Frequentemente, necessidades sociais são consideradas como: *falta* ou *privação* de algo (tangível ou intangível); preferência por determinado bem ou serviço em relação a outro ou a outros; *desejo*, de quem psicologicamente se sente carente de alguma coisa; *compulsão* por determinado tipo de consumo [...]; *demanda*, como procura por satisfação econômica, social ou psicológica de alguma carência. Há ainda quem confunda necessidade com motivação, expectativa ou esperança de obter algo de que se julga merecedor, por direito ou promessa. (PEREIRA, 2008, p. 39-40)

Esta teoria fundamenta a compreensão da capacidade do mercado no atendimento destas *necessidades sociais*, eximindo assim o Estado do seu papel de garantir, através das políticas sociais, a satisfação das necessidades humanas básicas ao mesmo tempo que o mercado se mantém dinâmico e lucrativo, maximizando as demandas individuais. (PEREIRA, 2008)

A satisfação das necessidades básicas, nesse sentido, pode ampliar a potencialidade de atividade criativa dos sujeitos. GUSTIN (2009) afirma que para isso é indispensável desenvolver no ser humano a autonomia.

Essa condição deve ser considerada genericamente necessária e indispensável à atuação do ser humano – individual ou coletivo – no sentido de criar e recriar condições que permitam a superação de seus sofrimentos

graves, sua realização como ser típico na sociedade e, ao mesmo tempo, sua liberação dos constrangimentos internos e externos. (GUSTIN, 2009, p. 15)

Em sentido amplo, a autonomia desenvolvida nos sujeitos deve permitir o processo de tomada de consciência, acerca da dimensão coletiva das demandas sociais. Segundo apontamentos de GUSTIN (2009) as pessoas não podem ser autônomas de forma isolada, por si só. O indivíduo só é autônomo na medida em que se relaciona com os outros, em que participa da vida de uma comunidade, em que desenvolve autonomia sobre suas escolhas. Sendo que essas escolhas e decisões seriam respaldadas em convicções pessoais e político-sociais e também teria a capacidade de definir estratégias de sobrevivência, de luta política, etc.

A autonomia se configura, então, como a “necessidade primordial do ser humano”. (GUSTIN, 2009, p. 7). É condição que transcende a cultura, sendo então, necessidade de todos os seres humanos.

As necessidades humanas são consideradas aqui, de natureza social e cultural, pois a “pessoa constrói sua autonomia através da linguagem e de relações comunicativas” (GUSTIN, 2009, p. 21). Não é possível compreender a autonomia sem a interação com outros indivíduos. Por outro lado, nesta relação que garante a autonomia, há que se cuidar para o indivíduo não instrumentalize outro indivíduo para firmar sua autonomia. Para compreender melhor esta relação faz-se necessário perceber que “as necessidades puramente quantitativas, ou *necessidades alienadas* são aquelas em cuja satisfação o homem é puro meio de outro, convertendo-se em *instrumento de*”. (GUSTIN, 2009, p. 54). Assim, *as necessidades de poder e de posse*, não podem jamais ser plenamente satisfeitas, por isso, compreendidas como alienadas.

Retomando a discussão acerca das necessidades básicas, GUSTIN (2009) afirma que algumas destas necessidades são generalizáveis não só dentro de determinado grupo social, mas sim generalizáveis a todo gênero humano garantindo assim, inclusive, a diferenciação dos seres humanos de outros seres vivos.

Bem, ao afirmarmos que existem necessidades generalizáveis a todos os seres humanos que, inclusive servem de diferenciação entre os seres humanos e os demais seres vivos, buscamos em Pereira (2008) a afirmação de que

[...] rejeitando as convencionais e renitentes concepções *naturalistas*, *relativistas* e *culturais* das necessidades, Doyal e Gough sustentam que todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas culturas, têm necessidades básicas comuns. (PEREIRA, 2008, p. 66)

Pois bem, se é verdade que todos os homens e mulheres têm um conjunto de necessidades básicas comuns, então é verdade que, como refletimos acima, não é o mercado que deve atender a tais necessidades, mas sim as políticas sociais públicas. Ainda mais se considerarmos o caráter coletivo e social da produção da riqueza no capitalismo, bem como sua apropriação privada por uma pequena elite privilegiada nessa sociedade. Nesse sentido, Pereira (2008), vai afirmar a importância da satisfação das necessidades humanas básicas para o desenvolvimento da vida como um todo. Afirma ainda que a distinção entre as necessidades básicas e outras está no

[...] dado fundamental que confere às necessidades básicas (e somente a elas) uma implicação particular: a ocorrência de *sérios prejuízos* à vida material dos homens e à atuação destes como *sujeitos* (informados e críticos), caso essas necessidades não sejam adequadamente satisfeitas. (PEREIRA, 2008, p. 67)

Portanto, a satisfação das necessidades básicas deve acontecer para que se evitem sérios prejuízos que por Pereira (2008) são entendidos como

[...] impactos negativos cruciais que impedem ou põem em sério risco a possibilidade objetiva dos seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar a sua capacidade de participação ativa e crítica. (PEREIRA, 2008, p. 67)

Ainda no intuito de analisar a importância da definição das necessidades humanas básicas para as políticas sociais, seguimos na discussão com Pereira (2008) que iluminada por Doyal e Gough, sustenta a posição de que as necessidades básicas são *objetivas* e *universais*. Explica que são *objetivas* “porque a sua especificação teórica e empírica independe de preferências individuais” e também são *universais* “porque a concepção de sérios prejuízos, decorrentes da sua não-satisfação adequada, é a mesma para todo indivíduo, em qualquer cultura” (PEREIRA, 2008, p. 68).

Assim, afirma-se que a não satisfação das necessidades básicas leva a prejuízos, não somente físicos, mas também de ordem racional, que afetarão as

“condições de vida favoráveis” à participação social e impedirão “as pessoas de possuírem autonomia básica para agir” (PEREIRA, 2008, p. 69).

Pereira (2008) afirma dois conjuntos de necessidades básicas: saúde física e autonomia. Para ela estas necessidades garantem que o homem se constitua como tal e realize qualquer outro desejo.

A satisfação da *saúde física* como necessidade básica é imprescindível, pois sem ela os *homens estarão inclusive impedidos de viver* e a garantia da *autonomia* possibilita a “capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças” (PEREIRA, 2008, p. 70) às quais valora e põe em prática conforme sua consciência. A autonomia também garante a democracia, na busca da liberdade em relação a qualquer tipo de opressão, pois

[...] ter autonomia não é só *ser livre* para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se *responsável* pelas suas decisões e por seus atos. (PEREIRA, 2008, p. 71)

O campo socioassistencial deve ser reconhecido e explicado a partir dessa referência, considerando a autonomia, tal como descrita por Pereira (2008). Neste sentido a autonomia é uma indicação fundamental para a política de assistência social, considerando que essa política constituiu-se historicamente a partir de um *legado subalternizador*, conforme estudos de Yazbek (1996), que afirma que

[...] na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram. (YASBEK, 1996, p. 155)

Segundo estudos de Mesquita (2007) a autonomia que leva o indivíduo à participar, reconhecer-se como tal e também ser reconhecido pelos outros, é entendida como “a capacidade dos indivíduos de formular estratégias para a consecução de seus objetivos e interesses, conscientemente identificados e, ainda, de colocá-las em prática sem opressões” (MESQUITA, 2007, p. 28). Ela segue afirmando ainda, baseada em Doyal e Gough, que para o exercício pleno da autonomia são fundamentais os atributos: *habilidade cognitiva, saúde mental e oportunidade de participação*.

O exercício da autonomia, portanto, é um exercício coletivo, que vai além da autosatisfação de preferências e desejos. Assim,

saúde física e autonomia devem sempre ser realizadas em um contexto coletivo, envolvendo poderes públicos, de par com a participação da sociedade. E devem ser o alvo primordial das políticas públicas, tendo em vista a concretização e a garantia do direito fundamental de *todos*, indiscutivelmente, de terem suas necessidades básicas atendidas e otimizadas. (PEREIRA, 2008, p. 74)

Na garantia das necessidades básicas, compreendendo-as então como *saúde física e autonomia*, “há uma variedade enorme de *satisfiers* (satisfatores) – bens, serviços, atividades, relações, medidas, políticas” (PEREIRA, 2008, p. 75) que podem ser aplicados. Balizada por Doyal e Gough, Pereira (2008) afirma que estas necessidades são caracterizadas como necessidades intermediárias, ou seja, são necessidades que, satisfeitas, contribuem para o fortalecimento da *saúde física e da autonomia*.

Pereira (2008) apresenta as necessidades intermediárias listadas pelos autores Doyal e Gough:

- a) alimentação nutritiva e água potável;
- b) habitação adequada;
- c) ambiente de trabalho desprovido de riscos;
- d) ambiente físico saudável;
- e) cuidados de saúde apropriados;
- f) proteção à infância;
- g) relações primárias significativas;
- h) segurança física;
- i) segurança econômica;
- j) educação apropriada;
- l) segurança no planejamento familiar, na gestão e no parto

Retomando a discussão sobre a política de assistência social no sentido de reafirmar que, a mesma visa, como prevê a LOAS, a satisfação das necessidades básicas, pode-se afirmar então que as políticas sociais devem garantir a satisfação das necessidades intermediárias, uma vez que estas garantidas contribuirão para a garantia da *saúde física e da autonomia*.

Aprofundando a teoria das necessidades humanas destacamos ainda o debate de Heller (1998), a qual afirma, a partir de Marx, que reduzir as necessidades humanas à necessidade econômica constitui uma alienação das necessidades com o objetivo de valorização do capital como relação social. Ao mesmo tempo que se satisfaz as necessidades através do mercado, se produz necessidades para o mesmo.

El aumento de la producción sólo se halla en correlación con la cantidad (y la calidad) del valor de uso: eleva la 'riqueza material' de la sociedad, satisface y al mismo tiempo produce necesidades. (HELLER, 1998, p. 25)

Ao produzir, o homem dá valor de uso à mercadoria, como afirma Heller (1998), “el trabajo da valor de uso y como contrapartida recibe valor de cambio” (p. 22). No entanto, se considerarmos que as necessidades humanas são atendidas pelo valor de uso, a mais valia produzida, que gera o valor de troca, nada mais é do que a satisfação das necessidades criadas pelo capital para sua super valorização. Assim, afirmando que o capitalismo, nem na indústria, nem na agricultura, produz para atender as necessidades humanas, Heller (1998) destaca que

De acuerdo con Marx, el fin de la producción social debería estribar en la satisfacción de las necesidades sociales, pero la industria y la agricultura capitalistas no producen para las necesidades, ni tampoco para su satisfacción. El fin de la producción es entonces la valorización del capital, y la satisfacción de las necesidades (en el mercado) consiste únicamente en un medio para ello. (HELLER, 1998, p. 55)

Entendendo pois, que o capitalismo satisfaz as necessidades humanas ao mesmo tempo em que cria outras necessidades e também seus meios de satisfação, não é difícil perceber que ao satisfazer necessidades básicas se está também garantindo a reprodução do próprio capitalismo.

Essas seriam necessidades puramente econômicas e que constituiriam uma expressão da alienação do sistema capitalista, ou seja, determinadas em função da reprodução e do consumo para a valorização do capital. (GUSTIN, 2009, p. 93).

Heller (1998) afirma que “los objetos hacen existir las necesidades y a la inversa las necesidades a los objetos” (HELLER, 1998, p. 43). Confirmando essa teoria, Gustin (2009) afirma que

Para Marx, as necessidades são produto da ação humana. Sua teoria demonstra que o aumento e a evolução das necessidades decorrem do processo de objetivação, ou seja, do processo interativo em que o sujeito, por meio de sua ação contínua, produz objetos em função de suas necessidades e, ao fazê-lo, também se transforma". (GUSTIN, 2009, p. 74)

Essas necessidades, para Heller (1998), baseada em Marx são *necessidades materiais e espirituais*, acrescenta ainda que "se abla también de la necesidad política, de la necesidad de vida social, de la necesidad del trabajo (de actividad)". Estas necessidades, numa classificação histórico-filosófico-antropológica podem ser classificadas em necessidades naturais e necessidades socialmente determinadas.

As necessidades naturais seriam aquelas necessárias para o ser humano reproduzir sua vida, são aquelas que constituem-se em "el límite de la simple existencia" (HELLER, 1998, p. 33). Estas necessidades variam de acordo com o clima e outras condições naturais de cada país. Seriam por exemplo, a necessidade de alimentos, de vestuário e de habitação. Reforçamos que estas necessidades

se refieren al mero mantenimiento de la vida humana (autoconservación) y son 'naturalmente necesarias' simplemente porque sin su satisfacción el hombre no puede conservarse como ser natural. (HELLER, 1998, p. 31)

Ainda importa referenciar que, de acordo com o debate de Heller (1998) a partir de Marx, as necessidades são social e historicamente determinadas e sua "satisfacción es parte constitutiva de la vida 'normal' de los hombres". (HELLER, 1998, p. 33-34).

Considerando a construção histórica das necessidades e que a própria produção também define as necessidades, conforme já discutido acima, Heller (1998) destaca que existem necessidades de luxo e produtos de luxo. Esta classificação é considerada a partir da classe trabalhadora, afirmando que necessidade de luxo é tudo o que por costume não pertence à classe trabalhadora, ou seja, é um padrão de consumo ao qual a mesma não tem acesso.

Considerando o caráter histórico e estruturalmente determinado das necessidades, Pinto (2008) faz uma reflexão pertinente em relação à importância do consumo na dinâmica capitalista, especialmente na dinâmica capitalista periférica, em que é consumida prioritariamente a vida do trabalhador, seu tempo, sua

subjetividade, seus sonhos, tendo em vista os processos desiguais de acesso ao trabalho e a superexploração dos trabalhadores nos países periféricos.

De partida, a questão de que o sistema capitalista produz para suprir necessidades ao mesmo tempo em que produz novas necessidades é ilustrada por Pinto (2008) com os conceitos de consumir e consumir. Segundo ele, consumir é o ato da produção, da fabricação de uma mercadoria, ou seja, é o ato de materializar determinado objeto, determinado bem que será consumido. Enquanto que o consumir

[...] representa a aniquilação, a negação do consumado, pelo aproveitamento que dele o homem faz, com isso destruindo-o, obrigando-o a fabricar outro objeto igual ou melhor que o anterior. Evidentemente que só se pode consumir o que foi consumado. (PINTO, 2008, p. 308)

Neste sentido o consumo traz em si um ato negativo e um ato positivo. Tem sentido negativo quando afirma o desaparecimento de um objeto e é justamente este fato que também faz o consumo expressar um sentido positivo. O ato positivo é justamente o fato de recuperar o objeto consumido, produzindo outro do gênero. Consumo então tem o sentido de *utilizar, destruir, 'dar sumiço a'*. Assim, Pinto (2008) considera o consumo como uma *destruição criadora*. Pois tudo o que é fabricado é para ser destruído, ao mesmo tempo em que tudo o que é consumido abre precedente para produção de algo para substituir o bem destruído.

Pautando a sociedade consumista, à qual Pinto (2008) chama de *sociedade perdulária*, destacam-se alguns elementos que a caracterizam como a substituição de um bem quando o mesmo ainda está cumprindo sua função de forma satisfatória, a aquisição em quantidades superiores ao necessário quando se trata de produtos perecíveis. Destaca também a propaganda como grande incentivadora da compra do *modelo novo* de determinado produto e também a idéia de adquirir somente para fim de exibição do produto adquirido sem que tenha utilidade alguma para quem comprou. Muitas vezes moda instiga este *falso consumo* e também instiga o prazer das classes abastadas de demonstrarem que tem se tem condições de comprar, revelando assim, o hábito e a possibilidade de esbanjar.

Segundo a análise do autor, o trabalho é a grande âncora que sustenta este ciclo de compra-consumo-sumiço-nova fabricação e também a possibilidade de uma classe privilegiada terem acesso ao consumo de bens supérfluos.

É o trabalho que realiza, simultaneamente, os dois aspectos, porquanto, pelo lado positivo, cria o objeto, mas como este, enquanto mercadoria, destina-se a ser comprado, consumido, isto é, abolido, negado como mercadoria, o trabalho é também a origem da possibilidade de destruição do ser, pelo uso, pelo consumo, que propicia. (PINTO, 2008, p. 308-309)

Ademais, importa referenciar que os anteriormente citados privilégios de consumo de determinada classe estão estreitamente vinculados com a apropriação do trabalho alheio, cujos trabalhadores são superexplorados e submetidos à restrições de consumo. Segundo Pinto (2008) o consumo do trabalhador é instigado pela classe dominante detentora dos meios de produção, pois esta somente ampliará seu lucro se crescer o consumo de sua produção.

Assim, vemos que ao mesmo em tempo que o capitalismo produz necessidades e produz os objetos para superar as mesmas, tem uma lógica de exploração da força de trabalho e acumulação privada das riquezas socialmente produzidas. Confirmando esta afirmativa Heller (1998) cita Marx

Conforme disminuye progresivamente el número de magnates capitalistas (...) crece la masa de la miséria, de la opresión, del esclavizamiento, de la degeneración, de la explotación; pero crece también la rebeldia de la clase obrera, cada vez más numerosa y más disciplinada, más unida y más organizada por el mecanismo del mismo proceso capitalista de producción. (HELLER, 1998, p. 93)

Assim, a exploração, se mediada para tal, pode levar à rebeldia e a consciência da necessidade de superação deste sistema desigual. Estas necessidades, Heller (1998), a partir de Marx, categoriza como necessidades radicais

la colectividad se convierte em sujeto. El deber mismo es colectivo, puesto que al limite de la alienación capitalista despiertan em las masas – sobre todo em el proletariado – necesidades (las denominadas necesidades radicales) que encarna ese deber y que por su naturaleza tienden a trascender al capitalismo. (HELLER, 1998, p. 87)

As necessidades radicais são, então, expressão da luta organizada dos trabalhadores em determinada conjuntura histórica, expressam a consciência da exploração pelo sistema capitalista e são fundamentais para o processo de superação do mesmo.

Considerando as contradições do capitalismo “ser radical es atacar el problema por la raiz” (HELLER, 1998, p. 104-105) e as necessidades radicais levam

à uma teoria radical que considera que *es radical la teoria para la cual el hombre (la riqueza humana) representa em máximo valor*. Esta teoria radical, somente pode ser realizada por portadores de necessidades radicais.

Ainda que a emergência das necessidades radicais esteja distante das maiorias superexploradas latino-americanas, importa referenciar a importância da retomada do vínculo de classe das políticas sociais públicas, por meio da apropriação do protagonismo popular como eixo organizativo das mesmas, principalmente em contexto de crise capitalista global.

Essa é uma crise, segundo István Mészáros, severa, profunda, uma crise da estrutura do próprio *sistema do capital*. Segundo ele, o capital garante nos últimos séculos sua dominação através da produção generalizada de mercadoria – mesmo que estas não vão ao encontro às necessidades humanas. A produção de mercadorias e as taxas de lucro exageradas garantiam a reprodução do sistema capitalista. Mas a partir do momento que a produção, baseada na exploração da força de trabalho, é em grande escala e a grande massa de trabalhadores não recebem o equivalente ao valor que produziram, não é possível que garantam a circulação das mercadorias produzidas.

As fábricas começam a diminuir a produção, bancos não conseguem mais cobrar juros e receber dívidas. Os consumidores não conseguem mais pagar suas dívidas e aumentar as compras. E, aí, quebram empresas, cai a produção, aumenta o desemprego e cai a taxa média de lucro. (ASSEMBLEIA POPULAR, 2009, p. 11)

Em um contexto de aumento do desemprego, da miséria, considerando também a crise do sindicalismo – decorrente também do aumento dos processos de precarização do trabalho após a chamada reestruturação produtiva⁶ defendemos a importância do fortalecimento do potencial político-emancipatório das políticas sociais, principalmente da assistência social.

Nessa perspectiva, o debate específico acerca da política de assistência social, será referenciado no próximo capítulo.

⁶ Para Antunes (2002) a reestruturação produtiva é caracterizada como transformações que vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas, decorrentes da crise iniciada na década de 70, resultando queda da taxa de lucro do capital, nos países centrais, provocando baixo crescimento da produção e da produtividade, repercutindo no mundo do trabalho, com crescente desemprego. Assim, de acordo com o autor, a crise afeta tanto os aspectos materiais quanto a subjetividade do ser que vive do trabalho.

2 A POLÍTICA SOCIOASSISTENCIAL E AS MULHERES DO MONT SERRAT

A segunda seção tem a intenção de mostrar como se configura o atual desenho das políticas socioassistenciais bem como a participação (ou não) dos sujeitos usuários nesta configuração tendo presente a discussão anterior, das necessidades humanas e da construção histórica do sujeito das políticas socioassistenciais.

As políticas sociais devem assegurar, especialmente através da Política de Assistência Social, a satisfação das necessidades básicas. No entanto, apesar da abertura democrática (ainda limitada obviamente) da política socioassistencial à participação dos usuários de diferentes formas, a dificuldade de participação permanece. Os usuários não participando, a política se afasta das populações vulneráveis e conseqüentemente da percepção real de suas necessidades básicas.

Esta seção, dividida em duas sub-seções, apresenta a configuração atual da Política de Assistência Social, trazendo presente o Centro Social Marista Mont Serrat como integrante da rede socioassistencial que viabiliza o atendimento à população e por fim, apresenta a pesquisa realizada junto às mulheres da comunidade Mont Serrat.

2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“As leis não bastam,
os lírios não nascem das leis”
(Carlos Drummond de Andrade)

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS passa atualmente por um processo de reordenamento político, desprendendo-se cada vez mais do conceito de bem-estar e passando a integrar o rol das políticas públicas, regularmente desenvolvidas pelo Estado, oferecendo respostas às demandas da população no que tange à garantia de direitos.

Essas importantes mudanças iniciaram a partir da Constituição de 1988, onde se firmou a Assistência Social como política pública do sistema de

proteção social do país e, posteriormente, com a LOAS – Lei 8.742/93, que veio regulamentar a mencionada política.

Nesse sentido, a LOAS, no decorrer de seus dezessete anos de existência, foi fundamental para a organização da assistência social no Brasil. É com vistas ao cumprimento de suas diretrizes que se consolida a PNAS, a qual dá cumprimento às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (acontecida em dezembro de 2003, em Brasília/DF) e prevê a implantação de um SUAS.

Todavia, ao refletir sobre a Política Nacional de Assistência Social, seus avanços e retrocessos, não podemos deixar de pensar também sobre as ambigüidades, as tensões e as incompletudes que permeiam-na desde seus primórdios. As políticas sociais, dentre elas a de Assistência Social, estão diretamente vinculadas à dinâmica de reprodução da sociedade capitalista. No entanto esse não é um movimento unilateral, pois à medida em que existem contradições no sistema, as políticas sociais ao mesmo tempo que reproduzem a lógica do capitalismo, também atuam no sentido de garantir direitos e satisfazer as necessidades da classe trabalhadora, a partir da sua luta organizada. Assim, a própria política social em si é contraditória. Yazbek afirma que

[...] contraditoriamente, a política social e assistencial, apesar de sua funcionalidade aos interesses das classes dominantes, atende às demandas das classes subalternas, possibilitando-lhes o acesso à serviços e recursos ofertados direta ou indiretamente pelo Estado. (YAZBEK, 1996, p. 158).

Tendo esta compreensão, cabe destacar a importância de que o campo socioassistencial, principalmente ante a realidade periférica do continente Latino-Americano, “priorize a satisfação das necessidades humanas básicas em detrimento da referência dos mínimos sociais” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010). A Lei n. 8742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, resultado de um processo de luta social pela efetivação do direito social relativo à assistência social, reconhecido Constituição Federal de 1988, afirma em seu artigo 1º que:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL,1993)

Frente a isso, importa ressaltar o debate de Pereira (2008) sobre os mínimos sociais. A autora analisa que enquanto o conceito de “básico expressa algo fundamental, principal, primordial” (PEREIRA, 2008, p. 26), o conceito de *mínimo tem conotação de menor, de menos*. Neste sentido, a LOAS, tal como foi formulada, teria aberto a possibilidade para o mínimo em detrimento do básico, de modo que o percurso histórico de sua implementação evidenciou que o investimento na assistência social sempre ficou muito distante de um dado padrão, relativo à satisfação das necessidades básicas, tal como referido na legislação.

O mínimo “que na LOAS qualifica as necessidades a serem satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania [...]” (PEREIRA, 2008, p. 26). É necessário então, que as políticas sociais, especialmente a política de assistência social, assegure que as *provisões básicas – em vez de mínimas* sejam cada vez mais efetivadas.

A LOAS, que preconiza “o conceito e a definição da seguridade social como proteção universal, estratégia de enfrentamento à pobreza e à exclusão social” (LOPES, 2006, p. 79) está organizada com benefícios, serviços e programas socioassistenciais e projetos “voltados para o atendimento de necessidades humanas básicas e especiais” (PAIVA, 2006, p. 10).

A LOAS também prevê instrumentos de participação popular como conferências e conselhos que farão o processo de envolvimento dos usuários como protagonistas da política social. A participação popular é “um eixo da política pública” (PAIVA, 2006, p. 8) e está assegurada no inciso II do art. 5º da LOAS que afirma como diretriz “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

A LOAS regulamentadora da assistência como política pública, estabelecendo normas e critérios para organização da mesma, contou com a aprovação da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta política

busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL, 2005, p.13)

Em 2005, legitimado pela IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, os princípios da LOAS se materializam através da implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como instrumento de gestão.

Este processo não foi simples, nem tão pouco proposto por um *grupo de iluminados*. Foi sim um processo que se firmou após uma série de debates e manifestações coletivas. Sposati (2006) registra que

a construção do SUAS resulta do acúmulo gerado por experiências municipais; por estudos e pesquisas acadêmicas; pela luta do Fórum Nacional de Assistência Social e seus correspondentes fóruns locais; pelas lutas da categoria dos assistentes sociais; e pelas experiências de efetivo controle social. (SPOSATI, 2006, p. 104)

O SUAS representa uma inovação na garantia dos direitos aos cidadãos, saindo do campo do assistencialismo para a efetivação de políticas que fomentem a autonomia e emancipação dos usuários. Neste sentido, Lopes (2006) afirma que o trabalho no campo socioassistencial após a implementação da LOAS “[...] visa assegurar a redução ou a eliminação de vulnerabilidades [...] dedicando-se ao fomento das ações impulsionadoras do desenvolvimento de potencialidades essenciais a conquista da autonomia.” (LOPES, 2006, p. 77).

O SUAS é um sistema que se organiza em todo território nacional atendendo “as necessidades de proteção e seguridade social por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos” (LOPES, 2006, p. 83) e articula as políticas de benefícios com as políticas sociais. Essa articulação “[...] exige introdução de novas formas de gerenciamento, mobilização de recursos locais, capacitação em meios digitais e exercício de intersetorialidade.” (SPOSATI, 2006, p. 98). Além das famílias beneficiadas tornarem-se *forças vivas em mobilização e não só números ou cadastros*.

Com o SUAS, o gestor federal “passa a ser corresponsável pela rede socioassistencial” (SPOSATI, 2006, p. 98) à qual antes só contribuía através de *subvenções, isenções, transferências*. Como forma de materializar o SUAS estruturaram-se serviços a partir dos níveis de complexidade. Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS regulam a dimensão preventiva, constituem-se “como porta de entrada da proteção social básica [...], são equipamentos estatais em territórios de vulnerabilidade e risco social” (LOPES, 2006, p. 88). Os casos que necessitam de proteção social especializadas são

atendidos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

O SUAS tem como eixos estruturantes: a matricialidade sócio-familiar; a descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a política de recursos humanos e a informação, o monitoramento e a avaliação. Determina a organização das ações e serviços assistenciais, em todo território nacional, através da hierarquização dos serviços em dois níveis de atuação: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Cabe destacar que a Proteção Social Especial, conforme o PNAS/2004 se subdivide em Média Complexidade e Alta Complexidade. Os serviços de Média Complexidade, que atendem as famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, são oferecidos nos Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e os de Alta Complexidade, que garantem proteção integral às famílias ou indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, são desenvolvidos nas Casas Lares, Casas de Passagem, Família Acolhedora e outros.

A Proteção Social Básica, descrita na PNAS/2004, tem como objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (SIMÕES, 2007, p. 288). Os serviços de proteção básica, destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social,

são executados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. (BRASIL, 2005, p. 35)

Sendo assim, o CRAS enquanto espaço de operacionalização da PNAS, tem como proposta atender às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário.

Os serviços socioassistenciais de proteção básica são articulados pelos CRAS e, conforme a Nova Tipificação Nacional se classificam em: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAEFI; b) Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias.

Os CRAS, além de executar os serviços de proteção básica oferecidos para a população, têm a tarefa de organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais na sua área de abrangência (BRASIL, 2005). Desse modo, segundo Sposati (2006) a forma de contribuição do governo federal à rede socioassistencial, que antes do SUAS era somente de contribuição através de subvenção, passa agora a ser de co-responsabilidade.

A rede socioassistencial é, portanto, fundamental para a efetividade de todos os serviços de proteção social básica no âmbito do SUAS. Todavia, vale lembrar a *primazia da responsabilidade do Estado* diretriz da LOAS, que é retomada nas novas regulamentações, a partir da definição das seguranças que a assistência social deve afiançar. Nesse sentido, o CRAS é considerado “porta de entrada” das famílias para o SUAS, isto é, trata-se de uma unidade de referência que articula e encaminha a inserção das famílias em outros serviços da Política de Assistência Social, visando de forma integrada com outros serviços socioassistenciais e outras políticas setoriais, a satisfação das necessidades básicas como prevê a LOAS.

Atualmente, apesar da regulamentação referenciar a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política em todos os níveis de governo, boa parte dos projetos, programas e serviços socioassistenciais são realizados pelas Entidades de Assistência Social e demais organizações da sociedade civil, que compõe a rede socioassistencial no território referenciado.

Alguns desses serviços socioassistenciais, na comunidade do Mont Serrat município de Florianópolis/SC, são oferecidos pelo Centro Social Marista do Mont Serrat.

2.1.1 Centro Social Marista Mont Serrat – Florianópolis/SC

Os Centros Sociais Maristas atendem por ano mais de 9 mil adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social, de forma direta e continuada, e realiza outros 210 mil atendimentos por meio de programas que oferecem atividades eventuais.

O Centro Social Marista Mont Serrat é um dos 26 Centros Sociais que integram a Rede Marista de Solidariedade ligada ao Instituto dos Irmãos Marista. A Instituição é de natureza privada sem fins lucrativos, possui registro no Conselho de Assistência, de Educação e de Direito da Criança e do Adolescente, no âmbito Municipal, Estadual e Nacional.

O referido Instituto (bem como cada uma de suas instituições) é administrado pela Congregação dos Irmãos Maristas que teve sua origem na França no ano de 1816, cujo fundador é Marcelino Champagnat. A atuação do Instituto dos Irmãos Maristas é centrada na defesa dos direitos da criança e do adolescente e abrange Serviços, Programas e Projetos Sociais. Nos Centros Sociais são desenvolvidos projetos que privilegiam o sujeito enquanto protagonista, na busca pelo fortalecimento da cidadania e valores solidários, com o objetivo de promover novos cenários para as infâncias e juventudes.

O Centro Social Marista Mont Serrat em Florianópolis oferece à comunidade dois Serviços: o *Serviço de Apoio Socioeducativo*, com oficinas para crianças e adolescentes e o *Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*. Este último, se configura através de *Projetos Institucionais* e *Projetos de Parâmetros Locais*. O *Projeto Cidadania* e o *Projeto de Atenção à Família* são projetos institucionais, e os *Projetos: Comissão de Pais, Sexualidade e Educação, Teatro e Vida, Preparando para o Rito de Passagem, Oficina de Cerâmica – Rosa da África, Inclusão Digital para a Cidadania* e projeto *100 anos de história – resignificando o espaço da “caixa”*, são de parâmetros locais.

O *Serviço Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*, atende diretamente 34 (trinta e quatro) famílias, sendo destas 9 (nove) no projeto de Atenção à Família. Vale destacar que o Projeto Cidadania desenvolvido no *Serviço Sociofamiliar* tem atendimento aberto à comunidade, atendendo suas demandas, com atuação política e de articulação, não trabalhando diretamente com metas quantitativas.

O Centro Social Marista Mont Serrat é resultado de uma parceria realizada em 1999 com o Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA no Projeto Travessia. O Projeto Travessia já existia antes da concretização da parceria de forma voluntária e espontânea. Em 1993, algumas pessoas, sobretudo as mães da comunidade decidiram que as crianças e os adolescentes do morro não poderiam mais ficar ociosos, na rua, a mercê de se tornarem presas fáceis do narcotráfico predominante. Isso levou a um mutirão para adequar o espaço físico do Centro

Cultural Escrava Anastácia afim de melhor receber e desenvolver uma educação diferente do ensino regular, com proposta de qualidade.

Em 1999, com a parceria do Instituto dos Irmãos Maristas, tem-se a possibilidade de contratar educadores, pessoal de apoio, auxiliar administrativo e coordenação pedagógica. A parceria estabelecida entre o Instituto dos Irmãos Maristas e o Centro Cultural Escrava Anastácia amplia-se em 2003 e a Província Marista Brasil Centro Sul, assume o projeto Travessia tornando-o Centro Social Marista, que passa a desenvolver o Serviço Socioeducativo.

Em 2006 para intensificar a atuação do Centro Social Marista Mont Serrat na comunidade e com as famílias dos educandos, a Província Marista amplia a equipe de trabalho, contratando os profissionais de Serviço Social, Assistente Administrativo e Assistente de Pastoral.

O Centro Social Marista Mont Serrat é visto como referência, como um lugar de encaminhamentos de crianças e jovens a outros espaços. Tem uma considerável inserção na cidade de Florianópolis através de um processo de redes e parcerias e participação em fóruns e conselhos de políticas públicas, entre outros.

Segundo o Plano de Ação 2010 a missão do Centro Social Marista Mont Serrat é “Testemunhar e anunciar os valores evangélicos e Maristas, atuando a serviço da vida no campo da educação e da cultura, especialmente entre crianças e jovens, na construção de uma sociedade fraterna e solidária”. E o objetivo do Centro Social Marista é

por meio da educação popular/social, possibilitar espaço e construir ações que desenvolvam a criatividade, criticidade, a afetividade, a sensibilidade e a autonomia dos envolvidos no processo educativo, considerando a reflexão permanente sobre a missão marista no contexto da realidade da comunidade do Mont Serrat, a fim de tornar-se referência local que gera vida, cria possibilidades de inserção social e vivência cotidiana da cidadania. (Plano de Ação 2010)

No *Serviço de Apoio Socioeducativo* são atendidas 180 crianças de 06 a 15 anos. No *Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*, segundo levantamento feito no primeiro semestre de 2010, são atendidas diretamente (em oficinas) 25 famílias e outras 9 estão matriculadas no projeto de Atenção à Família.

A Rede Marista de Solidariedade, através da mantenedora Associação Brasileira de Educação (ABEC) e União Catarinense de Educação (UCE) desenvolvem Serviços, Programas e Projetos em consonância com as Políticas

Públicas de Assistência Social e Educação, atendendo crianças e adolescentes de famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social. Os Serviços privilegiam a participação da comunidade educativa, o exercício da cidadania, a diversidade cultural e o fortalecimento de vínculos.

Os Serviços e Programas oferecidos nos Centros Sociais são: Serviço de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Apoio Socioeducativo, Aprendizagem Profissional, Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária, Biblioteca Interativa e Vida Feliz. No Centro Social Marista Mont Serrat, como já citado acima, são oferecidos dois destes Serviços: o *Serviço de Apoio Socioeducativo* e o *Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*.

Os Centros Sociais desenvolvem projetos específicos que atendem às necessidades das crianças, adolescentes, famílias e comunidade. Vejamos a seguir os dois Serviços oferecidos no Mont Serrat bem como cada um dos projetos que os integram.

O *Serviço de Apoio Socioeducativo* – implementa projetos que visam à potenciação da compreensão e análise crítica dos diversos contextos na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, capazes de *construir* o conhecimento de forma participativa, solidária e autônoma, considerando a cultura da comunidade.

Este serviço, em perspectiva de educação integral, contribui na ampliação de conhecimentos nas diferentes áreas e experiências, potenciando de forma significativa a formação integral e cidadã de crianças e adolescentes. Tem por objetivos:

- a) Favorecer o acesso aos recursos, serviços e políticas de proteção às crianças e adolescentes, em perspectiva de desenvolvimento integral.
- b) Desenvolver o protagonismo.
- c) Fortalecer a construção da identidade individual e coletiva.
- d) Propiciar a convivência em uma sociedade multicultural.
- e) Incentivar pessoas que interajam com *críticidade* e criatividade na construção de uma sociedade mais solidária.
- f) Participar do processo de construção de uma cultura solidária, de paz e de justiça social.
- g) Promover a construção de conhecimento de forma significativa.

Os projetos do *Serviço de Apoio Socioeducativo* são desenvolvidos por meio das seguintes oficinas: Teatro, Dança, Arte como Expressão de Vida, Comunicação Social I e II, Informática Educativa, Jogos Cooperativos, Meio Ambiente.

O outro Serviço oferecido é o *Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária*, que privilegia o fortalecimento dos vínculos de pertença por meio de estratégias de prevenção, proteção e, promoção e inclusão de seus membros. É voltado para famílias dos educandos, como uma das possibilidades de emancipação do sujeito. O Serviço tem como foco a superação da situação de vulnerabilidade social.

Segundo o Plano de Ação 2010, o Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária no Centro Social Mont Serrat tem por objetivos:

- a) Facilitar o fortalecimento da identidade cultural, coletiva e individual, que desenvolva o sentimento de pertença e o respeito à diversidade.
- b) Ensejar o fortalecimento dos relacionamentos familiares e da auto-estima individual e coletiva.
- c) Articular a rede para a organização participativa e mobilização da comunidade para o desenvolvimento das potencialidades locais e controle social.
- d) Mediar conquista, acesso, garantia, manutenção e defesa dos direitos humanos e civis.
- e) Fomentar o desenvolvimento da socioeconomia solidária como possibilidade de sustentabilidade para qualidade de vida das pessoas e das comunidades.
- f) Propiciar formação e capacitação na perspectiva de potencializar alternativas para a geração de emprego e renda, priorizando o princípio da solidariedade, robustecendo o cooperativismo e outras formas de organização.

O *Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária* se configura através de Projetos Institucionais e Projetos Locais. Apresentamos abaixo, a partir do Plano de Ação 2010, os devidos projetos, sendo que os dois primeiros (Projeto Cidadania e Projeto de Atenção à Família) são institucionais, ou seja, são comuns para todos os 26 Centros Sociais da Rede de Solidariedade Marista.

O Projeto “Cidadania” visa promover o fortalecimento e o empoderamento das famílias nas múltiplas dimensões das suas relações sociais. Constitui-se numa proposta de reflexão contínua e sistemática acerca de diferentes temáticas objetivando o acesso a informações que contribuem para o fortalecimento da cidadania e promovem autonomia entre seus participantes. Seus objetivos são:

- a) Fortalecer identidade cultural, coletiva e individual das famílias, contribuindo para o desenvolvimento do sentimento de pertença e o respeito à diversidade, considerando os novos arranjos familiares.
- b) Fortalecer o sentimento de pertença e auto-estima da comunidade a partir da apropriação de seu território e das potencialidades existentes no mesmo.
- c) Fomentar o envolvimento das famílias e comunidade em ações que propiciem conquista, acesso, garantia, manutenção e defesa de direitos, incentivando a participação e controle social.
- d) Discutir os princípios fundantes da socioeconomia solidária como possibilidade de reflexão acerca de maior qualidade de vida, consumo justo, cooperação e justiça social.

Já o “Projeto de Atenção à Família” visa o atendimento personalizado e multiprofissional das famílias de educandos que necessitem de proteção social especial de média complexidade conforme a Política Nacional de Assistência Social, em parceria com a rede socioassistencial, por meio de atendimentos individuais, encaminhamentos e acompanhamento sistemático. O Projeto de Atenção à Família tem como objetivos:

- a) Contribuir para fortalecimento dos vínculos familiares de confiança, afeto e respeito.
- b) Fortalecer o vínculo de pertença, protagonismo e autonomia.
- c) Propiciar a escuta qualificada das famílias e suas demandas.
- d) Propiciar a reflexão na perspectiva da garantia de direitos.
- e) Mobilizar as famílias dos educandos para a participação em Projetos da Rede Socioassistencial.
- f) Possibilitar a reflexão da família quanto ao exercício da cidadania no contexto em que está inserida.
- g) Facilitar o reconhecimento e acesso aos recursos públicos disponíveis.

Outro projeto desenvolvido no Centro Social é o projeto “Comissão de Pais”, que objetiva estruturar uma Comissão de Pais com os Familiares de Educandos do Centro Social Marista Mont Serrat, visando o fortalecimento das relações familiares e comunitárias com o Centro Social Marista Mont Serrat. Este projeto tem por objetivos:

- a) Acompanhamento do processo educativo do Centro Social.
- b) Apoio ao Centro Social na Mobilização das famílias, para participação em reuniões, eventos e outras atividades elaboradas pela unidade.
- c) Auxílio na resolutiva de questões internas/ estratégias de ações.
- d) Reflexão e construção de estratégias no que se refere á temáticas que perpassam as relações presentes/existentes nesta comunidade.
- e) Representatividade em espaço políticos (fórum, conselhos comunitários, etc.).

O projeto “Sexualidade e Educação” visa debater a temática da sexualidade e seus desdobramentos junto aos educadores do Centro Social, abordando questões como diversidade sexual e gênero. O projeto utiliza a Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS intitulada “O Amor fala todas as línguas”, referenciando também, o desenvolvimento da sexualidade na infância e adolescência, os mitos que envolvem a violência e abuso sexual, contribuindo principalmente para um novo entendimento e formas de pensar as temáticas que envolvem a sexualidade.

- a) Instrumentalizar os educadores no que se refere às temáticas que envolvem a sexualidade da Infância e da Adolescência para a intervenção individual e coletiva em situações vivenciadas em oficinas.
- b) Propiciar aos adolescentes da PJM informações referentes ao corpo humano, fomentando o cuidado em relação ao corpo, informando sobre gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e prevenção de DST/AIDS.
- c) Deflagrar o debate quanto à temática na comunidade, principalmente no que se refere à questão de gênero e diversidade sexual.
- d) Contribuir para o esclarecimento de dúvidas e tabus frente às temáticas.
- e) Alertar quanto aos cuidados referente a violências sexual, evitando possíveis violências, bem como formas de identificar essas.

Também é desenvolvido, o projeto “Teatro e Vida”, que visa fazer reconhecer, através do teatro, que as participantes do grupo possuem condições objetivas de posicionamento perante as dificuldades vivenciadas, estimulando a capacidade para lidar de forma equilibrada com as diversas situações que vivenciam em seus cotidianos. Os objetivos do projeto são:

- a) Incentivo ao reconhecimento de talentos e potencias inatos de cada participante, possibilitando o empoderamento e a sabedoria das participantes frente à sua vivência.
- b) Proporcionar às participantes um ambiente no qual possam reconhecer suas capacidade e talentos.
- c) Reconhecer a importância de trabalhar em benefício de todos.
- a) Realizar uma montagem ou exposição com as participantes ao final de cada período, de acordo com o trabalho elaborado.

O projeto “Preparando para o Rito de Passagem” é direcionado aos educandos que serão desligados do Centro Social Marista por completarem 15 anos de idade, sendo este adolescente encaminhado ao Projeto Rito de Passagem desenvolvido pelo Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, que objetiva a inserção no Programa Adolescente Aprendiz (Aroeira). Este projeto, que tem interface com o Serviço Socioeducativo, tem por objetivos:

- a) Tornar o processo de desligamento do Centro Social gradativo para os educandos.
- b) Possibilitar a preparação e o amadurecimento para a inserção no mercado de trabalho através do programa Adolescente Aprendiz.
- c) Possibilitar experiências de formação profissional anteriormente ao desligamento.
- d) Encaminhar os adolescentes inseridos no Rito de Passagem para solicitação de documentação pessoal (Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade e CPF).

O projeto “Oficina de Cerâmica – Rosa da África” busca o aprimoramento das técnicas da arte cerâmica pelas participantes. As produções são voltadas à cultura local e se almeja o fortalecimento do grupo no sentido de sua auto-gestão de acordo com os princípios da economia solidária. Este projeto tem interface com a Assistência de Pastoral e tem por objetivos:

- a) Oportunizar as famílias o aprimoramento da formação sobre a técnica de arte em cerâmica, possibilitando a qualificação profissional.
- b) Estimular produção com vistas à cultura local.
- c) Oportunizar as famílias debate sobre os princípios da economia solidária.
- d) Fortalecer o grupo de trabalho, intensificando suas potencialidades empreendedoras na perspectiva de autogestão do grupo.
- e) Incentivar a participação do grupo em feiras, mostras e eventos na comunidade local e regional.

O projeto “Inclusão Digital para a Cidadania”, em interface com a Assistência de Pastoral, objetiva possibilitar às famílias da comunidade a utilização da informática como ferramenta e meio de inclusão digital para uma mudança social, possibilitando leitura crítica da realidade social. Seus objetivos são:

- a) Promover e desenvolver a Inclusão Digital a partir da realidade local.
- b) Desenvolver com o grupo a análise crítica da realidade social.

E por fim, o projeto “100 anos de história – Re- significando a ‘caixa’”, almeja que a Comunidade do Mont Serrat/Florianópolis, possua um espaço adequado de recreação, socialização, lazer, esporte e cultura, por meio de uma proposta de re-significação do espaço da Caixa.

A “Caixa”, como é conhecida pela Comunidade de Florianópolis, trata-se de um reservatório de água da capital com capacidade de 3.000 m³, que foi inaugurado em 1910 durante o governo Gustavo Richard. O espaço é de responsabilidade da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. O espaço da “Caixa” é amplamente utilizado pelas crianças e adolescentes para lazer e socialização, tendo em vista a inexistência de outros espaços que possibilitem esse exercício. O Centro Social também se utiliza desse local com atividades planejadas pelo educador que necessite de espaço aberto e amplo. No entanto, a “Caixa” não possui condições ideais e adequações urbanísticas para realização de atividades esportivas, recreativas, ao exercício do lazer e atividades culturais.

Objetivos deste projeto, que tem interface com a Assistência de Pastoral, são:

- a) Tornar a Caixa um espaço adequado de recreação, lazer, cultura e esporte na comunidade.

b) Re-significar a compreensão da comunidade perante o espaço da caixa, comprometendo a comunidade com a manutenção e cuidado.

Concluindo, é importante destacar que o Centro Social Marista Mont Serrat mantém uma parceria com o Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), no que diz respeito á utilização do espaço físico e de alguns utensílios e recursos que são considerados de uso comum e a fonte dos recursos financeiros para realização dos trabalhos no Centro Social Marista Mont Serrat é da própria Província Marista do Brasil Centro Sul e suas mantenedoras.

2.2 AS MULHERES DA COMUNIDADE MONT SERRAT: GRITOS SILENCIADOS, NECESSIDADES EVIDENTES

“Maria Maria é um dom, uma certa magia
uma força que nos alerta.
De uma gente que ri quando dever chorar
e não viver, apenas agüenta”
(Milton Nascimento)

Nesta última sub-seção se abordará o procedimento adotado na pesquisa, destacando a metodologia utilizada e analisando as entrevistas realizadas com as mulheres que tem relação com o Centro Social Marista Mont Serrat através de seus filhos que são educandos do *Serviço de Apoio Socioeducativo* oferecido pelo referido Centro Social.

Primeiramente se apresentará a metodologia utilizada para a pesquisa de campo. Em seguida se fará uma identificação das mulheres entrevistadas, através da análise das seis (6) primeiras questões da entrevista. Na seqüência, baseado em outras cinco (5) questões da entrevista, será mostrado a relação das mães entrevistadas com o Centro Social Marista Mont Serrat bem como suas sugestões para a elaboração de projetos que vão ao encontro de suas necessidades. Por fim, para alcançar os objetivos desta seção, bem como deste trabalho, analisaremos, com base nas últimas sete (7) questões da entrevista, o protagonismo dos usuários na elaboração de políticas socioassistencias e ainda a sua participação na comunidade de forma geral.

2.2.1 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve o intuito de colocar a pesquisadora em contato com o que já foi produzido sobre o tema em questão e a pesquisa de campo realizada foi de caráter qualitativo.

Na pesquisa qualitativa, é preciso “colocar as concepções e condutas das pessoas entrevistadas em um contexto histórico ou estrutural” (RICHARDSON, 2008, p. 91). O fato de não considerar o momento da entrevista apenas como momento de coleta de dados, mas sim considerando a situação dos sujeitos envolvidos na entrevista, caracterizou-se assim a pesquisa social. O desenvolvimento da pesquisa social, sendo ela uma metodologia crítica, tem a preocupação de considerar e “reconhecer a especificidade histórica e a construção social dos fenômenos existentes” (RICHARDSON, 2008, p. 92). Assim, considerando a lógica dialética, se pode estudar o fenômeno no seu desenvolvimento, desde sua natureza até sua transformação de forma consciente, considerando sua aparência e sua essência.

Outro elemento fundamental da crítica social para Richardson (2008) é *análise crítica das categorias* que leva a compreender as relações sociais e econômicas que são essenciais para a existência de um fenômeno.

No decorrer da pesquisa alguns cuidados foram tomados para que, conforme Richardson (2008), a pesquisa social, qualitativa seja garantida na sua criticidade e tenha maior validade. As recomendações dizem respeito ao local das entrevistas e à forma de comportar-se perante as declarações. Segundo ele, deve-se considerar a *escolha de um local adequado*, que tenha uma familiaridade com os entrevistados. Recomenda também em relação aos comportamentos e declarações, se deve manter um certo distanciamento, mas não muito, para que consiga garantir um relatório coerente e detalhado.

Em relação às informações, recomenda que

[...] o escopo e as características da pesquisa, porém, são estabelecidos pelo pesquisador, com uma aproximação dialética que permite que o referido pesquisador se movimente entre o ponto de vista do entrevistado (e. g.: saindo do esquema da entrevista para aprofundar uma linha de pesquisa interessante) e as orientações teóricas oferecidas pela análise histórica e estrutural. (RICHARDSON, 2008, p. 97)

Na pesquisa qualitativa a idéia de “generalização para outras situações os resultados de uma pesquisa” (RICHARDSON, 2008, p. 100) é limitada porque

[...] a pesquisa social crítica baseia-se no suporte de que a sociedade está em movimento constante, que o mundo social e a nossa compreensão dele estão mudando constante, que o mundo social e nossa compreensão dele estão mudando constantemente [...]. (RICHARDSON, 2008, p. 101)

Assim Richardson (2008) recomenda que se desvele as relações sociais presentes e outras condições que caracterizam a base sólida de um fenômeno para determinar se é possível, ou não, a generalização do resultado de pesquisa para outras situações.

O objetivo central da pesquisa qualitativa

[...] está no aprofundamento de compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.” (RICHARDSON, 2008, p. 101)

As entrevistas transcritas e outras anotações transformam-se assim em fontes de “novas formas de compreender determinado fenômeno.” (RICHARDSON, 2008, p. 102).

Os dados coletados, foram somados a um processo mais amplo de análise estrutural e histórica que proporcionou “fazer uma análise teórica dos fenômenos sociais baseada no cotidiano das pessoas e em uma aproximação crítica das categorias e forma como se configura essa experiência diária.” (RICHARDSON, 2008, p. 103)

No desenvolvimento deste trabalho buscou-se considerar o universo dos significados e das representações, tentando compreender de forma crítica e detalhada a vivência das usuárias entrevistadas. Segundo Minayo, este tipo de pesquisa corresponde a

[...] um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p. 21).

A entrevista, como procedimento metodológico, teve papel fundamental na coleta dos dados a serem analisados.

A entrevista implica relacionamento profissional em todos os sentidos: na postura atenta e compreensiva, sem paternalismo; na delicadeza do trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e, principalmente, “enxergando-o” como sujeito de direitos. (MAGALHÃES, 2006, p. 48)

Richardson (2008) apresenta o significado da palavra entrevista, que seria formada pelas palavras *entre* e *vista*. Ele afirma “vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa as coisas” (RICHARDSON, 2008, p. 205). Assim, o termo entrevista nos remete *ao ato de perceber realizado entre duas pessoas*. Foi o que buscou-se fazer no decorrer das entrevistas que foram realizadas nas residências das entrevistadas (ou em locais próximos a estas, conforme disponibilidade das entrevistadas), acreditando-se que em suas residências, as entrevistadas se sentem mais confortáveis para responderem as questões com autonomia.

As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semi-estruturado com perguntas que possibilitaram às entrevistadas responder a partir de sua percepção e vivência, e de suas condições concretas a partir da própria realidade.

Os sujeitos desta pesquisa são mulheres da comunidade Mont Serrat, que é uma comunidade integrante do Maciço Morro da Cruz que é formada por 18 comunidades de baixa renda na cidade de Florianópolis/SC. A seleção das entrevistadas se deu a partir das fichas de matrícula das crianças e adolescentes usuários do *Serviço de Apoio Socioeducativo* do Centro Social Marista Mont Serrat no primeiro semestre de 2010, considerando as mães que estão fora do mercado formal de trabalho. Num universo de 88 mulheres entre 20 e 60 anos, conforme levantamento preliminar, que estão cadastradas no sistema do Centro Social Marista Mont Serrat Foram entrevistadas 15, sendo que o número de mulheres entrevistadas corresponde a 30% do universo em foco.

Na análise que segue, serão transcritos alguns trechos das entrevistas feitas. Estes trechos estarão destacados em *itálico*, seguidos da identificação da autora.

Para garantir o sigilo das informações os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes que elas próprias automearam-se considerando, assim, seu protagonismo mesmo que em algo tão simples e insignificante. Já neste processo percebeu-se algumas expressões interessantes de serem analisadas como por exemplo, a expressão de mulher que automeou-se *Maria Luiza* considerando que é o nome do bebê que ela espera e afirmando que antes mesmo de nascer a menina seria importante por ter seu nome na Universidade.

As entrevistas deram-se de forma muito dinâmica. Algumas poucas foram agendadas previamente, outras, devido à dificuldade de contato telefônico anterior, fez-se uma visita domiciliar e após esclarecimento dos objetivos da pesquisa as mulheres aceitavam a realização da mesma. Vale destacar que as entrevistas, reforço, no intuito de serem realizadas o mais próximas possível de ambientes nos quais as mulheres se sentissem confortáveis em responder com autonomia as questões, foram realizadas em diversos espaços da comunidade, desde a residência das entrevistadas e do espaço do Centro Social Marista Mont Serrat até na escadaria, sentadas próximo à *boca*⁷, em pé na sombra de uma pedra, sentada no cano de abastecimento de água da cidade de Florianópolis, enfim, nos mais diferentes lugares, que retrataram as diferentes situações das mulheres entrevistadas.

Vale destacar que esta pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal, em reunião no dia 25 de outubro de 2010 e está registrado no processo 1047 FR 376124.

A seguir serão analisados os dados coletados considerando elementos da crítica social e de uma postura reflexiva a partir da teoria pesquisada.

2.2.2 Identificando as Mulheres Entrevistadas

Antes mesmo de analisar, a partir das entrevistas, a identificação das mulheres entrevistadas é preciso perceber que estas possuem diversas características comuns. A começar pelo lugar onde moram: O Mont Serrat. O Mont Serrat é “um lugar construído por homens e mulheres de várias idades e em

⁷ Expressão usada para identificar o ponto de venda de drogas.

diferentes períodos, de lavadeiras e faxineiras, de pedreiros e ajudantes de obras” (COPPETE, 2003, p. 21). Fazemo-nos valer das palavras de Coppete (2003)

Percorrendo ruas estreitas, vielas, becos sem saída e ruas largas, em sentido real e figurado, foi possível encontrar pessoas de todas as idades, algumas debruçadas nas janelas, outras subindo e descendo o Morro a pé e de ônibus. [...] mães e pais indo apressados ao trabalho ou em busca dele; adolescentes mais novos pela mão em direção à escola [...]. (COPPETE, 2003, p. 20)

A vida do Morro é muito dinâmica, rica, diversa e percebe-se, daí uma segunda característica que queremos destacar, que as mulheres tem papel expressivo na comunidade como um todo. Coppete (2003) cita uma das suas entrevistadas que afirma que *o Morro é feminino*. Segundo ela “a presença das mulheres no Mont Serrat ainda é uma referência. A força das mulheres aqui no morro é notória. Nós não sabemos a força que temos e não queremos admitir isso” (COPPETE, 2003, p. 56)

Outro aspecto que destacamos como comum à maioria das mulheres entrevistadas é o fato da maioria delas, bem como da população do morro como um todo, serem negras. Uma pesquisa feita em 1992 pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), citada por Coppete (2003), mostra que 73,8% dos moradores do Mont Serrat são negros e os outros 26,2% são brancos. Essa característica vai ao encontro da retomada histórica que fizemos no primeiro capítulo deste trabalho apresentando a população negra como uma das populações que foram historicamente exploradas no país e que devido a este histórico ainda hoje se encontram em situações de vulnerabilidade social.

Bem, das mulheres entrevistadas, pela observação feita, além das questões que orientava a entrevista apenas 02 (duas) das 15, são brancas. Assim já se percebe a expressão da população negra na comunidade.

Para melhor percebermos a realidade das entrevistadas apresentaremos abaixo cada uma delas destacando algumas características que permitem identificar a entrevistadas. Faremos isso, citando uma a uma e em seguida apresentando uma síntese, em gráficos. Destacamos, mais uma vez, que os nomes usados são nomes fictícios para que se mantenha o sigilo das entrevistadas.

Sra. Júlia tem 28 anos, é balconista e atualmente encontra-se formalmente empregada no mercado de trabalho. Ela vive com companheiro e uma casa com sete pessoas sendo que cinco são dependentes.

A entrevistada Sra. Angélica vive com companheiro e também tem 28 anos, não tem profissão e encontra-se em situação de desemprego. Angélica tem quatro dependentes e vivem em sua casa seis pessoas.

Sra. Kethlen é solteira, tem 22 anos, tem dois dependentes, não tem profissão e está desempregada. Vivem na casa cinco pessoas.

Sra. Bia é casada, tem 44 anos. Vivem na casa três pessoas e tem um dependente. Sra Bia trabalha em serviços gerais e está empregada atualmente.

Sra. Zéza é casada, tem 57 anos. Identificou-se profissionalmente como “do lar”. Tem cinco dependentes e vivem em casa cinco pessoas (um neto que não vive casa, por, segundo ela não ter lugar pois uma parte da casa está desabando, também é dependente de Sra. Zéza).

Sra. Aborigene tem 44 anos, é casada e tem oito dependentes. Em sua casa vivem nove pessoas. Sra. Aborigene diz não ter profissão e está desempregada.

Sra. Cida tem 43 anos, não tem profissão, está desempregada e tem dois dependentes. Ela é solteira e vivem na casa três pessoas.

Sra. Cassandra tem 29 anos. Se tratando de profissão afirma que trabalha em serviços gerais, mas no momento está desempregada. Sra. Cassandra é solteira, vivem na casa quatro pessoas e sendo três dependentes.

Sra. Bruna, tem 26 anos, está desempregada, profissionalmente afirma trabalhar em serviços gerais mas está desempregada no momento. Sra Bruna vive com companheiro numa casa com quatro pessoas sendo dois dependentes.

Sra. Simone tem 32 anos, vive com companheiro, tem um dependente e vivem na casa três pessoas. Está desempregada e identifica sua profissão como “do lar”.

Sra. Joca tem 40 anos, vive com companheiro em uma casa com doze pessoas, sendo sete dependentes. Identifica-se profissionalmente como “do lar” e está desempregada.

Sra. Maria Luiza que tem 38 anos está desempregada e afirma que sua profissão é “do lar”. Vive com companheiro. Em sua casa vivem quatro pessoas sendo duas dependentes.

Sra. Negrinha tem 52 anos, vive com companheiro e está desempregada. Afirma que sua profissão é “do lar”. Vivem na casa três pessoas e tem um dependente.

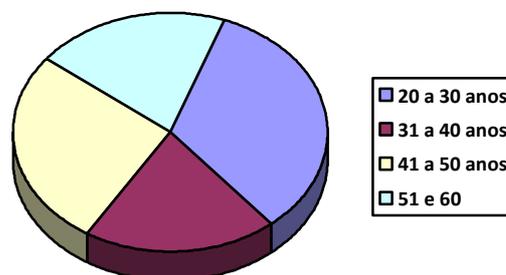
Sra. Leca tem 44 anos, é solteira e tem quatro dependentes em uma casa com cinco pessoas. É educadora aposentada e atualmente encontra-se empregada.

Sra. Preta tem 57 anos, profissionalmente afirma-se “do lar”, encontra-se desempregada e é viúva. Tem quatro dependentes e em sua casa vivem treze pessoas.

Sistematizando as respostas acima em gráficos percebemos que a maioria das mulheres entrevistadas tem idade entre 20 a 30 anos.

Tabela e gráfico 1 – Faixa etária das mulheres entrevistadas

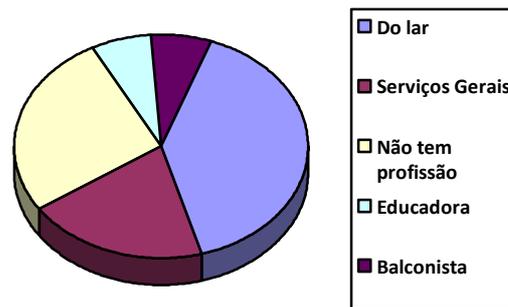
Faixa etária	Número de mulheres	Percentual
20 a 30 anos	05	33,3%
31 a 40 anos	03	20,0%
41 a 50 anos	04	26,7%
51 a 60 anos	03	20,0%



Das mulheres entrevistadas, como vemos no gráfico abaixo, 26,6 % não tem uma profissão definida e 40 % definem sua profissão como “do lar” ou seja, donas de casa.

Tabela e gráfico 2 – Profissão das mulheres entrevistadas

Profissão	Número de mulheres	Percentual
Do lar	06	40,0%
Serviços gerais	03	20,0%
Não tem profissão	04	26,6%
Educadora	01	6,7%
Balconista	01	6,7%

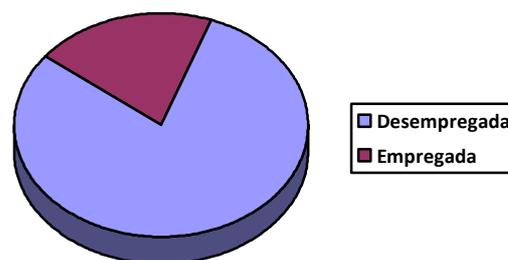


Esse dado faz-nos pensar que estas mulheres não tiveram acesso à formação básica para ingressarem no mercado de trabalho com uma profissão. A maioria delas é descendente de famílias do campo do oeste e da serra catarinense que migraram para Florianópolis em busca de melhor qualidade de vida, e não conseguiram ter na capital uma estabilidade que as oportunizasse capacitar-se profissionalmente.

Percebe-se aqui que a história se repete, antes foram os europeus que em busca de melhores condições de vida migraram para a América, agora, percebe-se essa migração interna com os mesmos objetivos: melhorar (ou buscar) a qualidade de vida.

Tabela e gráfico 3 – Situação atual no mercado de trabalho

Situação	Número de mulheres	Percentual
Desempregada	12	80,0%
Empregada	03	20,0%



No gráfico acima constata-se que questionadas com a terceira pergunta, em relação à situação atual no mercado de trabalho, a grande maioria está fora do mercado de trabalho.

O desemprego na sociedade hoje é decorrente do processo de reestruturação produtiva.

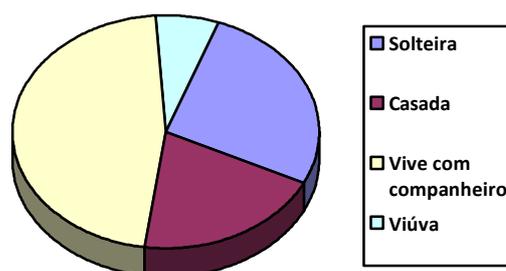
A reestruturação produtiva é uma fórmula privilegiada de resposta capitalista à sua crise. De acordo com Antunes (2002), a crise experimentada pelo capital e suas respectivas respostas, como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, tem ocasionado, entre tantas conseqüências, profundas mudanças no interior do mundo trabalho, tais como: o desemprego estrutural e precarização do trabalho, com o aumento do trabalho sem carteira assinada e a informalidade e ainda a preservação dos baixos salários e, sobretudo, a ampliação das diferenças de rendimentos dos ocupados, além de se acentuar a queda dos níveis de sindicalização.

A reorganização do mundo do trabalho na economia globalizada acaba por gerar uma incerteza em todos os aspectos do trabalho, constituindo-se na realidade numa desorganização, o que acaba, inevitavelmente, interferindo no modo de viver, de pensar e sentir a vida hoje.

Outra pergunta feita a título de identificação das mulheres, foi em relação ao estado civil das entrevistadas.

Tabela e gráfico 4 – Estado civil das mulheres entrevistadas

Estado civil	Número de mulheres	Percentual
Solteira	04	26,6%
Casada	03	20,0%
Vive com companheiro	07	46,7%
Viúva	01	6,7%



De acordo com o gráfico anterior é possível perceber uma nova configuração nos arranjos familiares. A questão mais evidente é que a família nuclear mudou. A família nuclear, caracterizada como o

modelo tradicional de família, composta por pai, mãe e filhos, está sofrendo grandes modificações, as quais têm alterado tanto a sua configuração como o seu funcionamento. As mudanças, assim, se expressam não somente na composição da família, mas também nos papéis desempenhados pelos seus membros no seio familiar. (GRZYBOWSKI, 2002, p. 39).

Compreende-se como família, nesse contexto, uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo entre seus membros, não necessariamente ligada por laços sanguíneos.

Considerando as entrevistas realizadas destaca-se que a maioria das entrevistadas vivem junto com seus companheiros sem estar casados oficialmente, fato que vem justificar uma das grandes transformações que vem ocorrendo no eixo familiar, sendo que as modificações na configuração e no funcionamento da família são de alta complexidade e de diversas ordens. Destaca-se entre esses fatores o fenômeno do divórcio, que

se constitui numa crise inesperada do ciclo evolutivo vital familiar. Como toda crise, repentina ou não, o divórcio é um momento de grandes transformações, que geralmente culmina numa reorganização, seja de caráter singular (famílias monoparentais) ou conjugal (famílias reconstituídas/recasadas). (GRZYBOWSKI, 2002, p. 40)

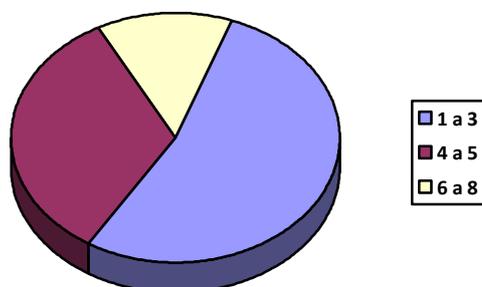
Independentemente de como se organizam as famílias, sabe-se que as transformações no contexto social afetam profundamente as relações familiares, sendo assim, além do divórcio, pode-se ainda destacar, mais três grandes revoluções sociais que contribuíram significativamente para essas transformações no âmbito familiar: a) a revolução da contracepção, que é a dissociação entre sexualidade e reprodução humana; b) revolução sexual, ou seja, a separação de sexualidade e casamento e; c) revolução da posição social, que são as mudanças tradicionais de gênero.

A família é capaz de gerar-se e modificar-se, incorporando não apenas alterações do ciclo vital de seus membros, que incluem movimentos de entradas e saídas como nascimento dos filhos, casamento dos mesmos e saída da casa paterna, mas também é capaz de interagir com as mudanças que o contexto mais amplo lhe imprimem, dessa forma, resultando em tantas transformações e novos arranjos familiares.

Na quarta pergunta indagou-se acerca do número de dependentes.

Tabela e gráfico 5 – Número de dependentes

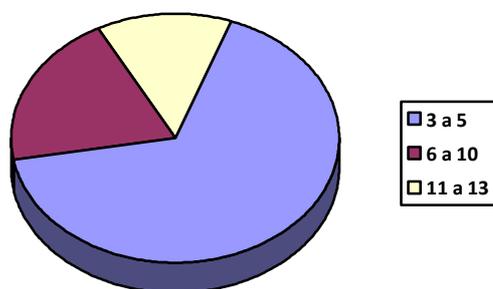
Número de dependentes	Número de mulheres	Percentual
1 a 3	08	53,4%
4 a 5	05	33,3%
6 a 8	02	13,3%



Na quinta pergunta dirigida às entrevistadas perguntou-se o número de pessoas que vivem na casa.

Tabela e gráfico 6 – Número de pessoas que vivem na casa

Número de pessoas	Número de casas	Percentual
3 a 5	10	66,7%
6 a 10	03	20,0%
11 a 13	02	13,3%



Percebe-se assim que algumas residências são ocupadas por um número alto de pessoas, especialmente se considerarmos o tamanho das casas observadas durante algumas entrevistas. Além das casas serem bastante populosas constata-se ainda que os terrenos no Mont Serrat são ocupados cada um, por duas ou três famílias (COPPETE, 2003).

Na casa da Sra. Joca, que é desempregada, moram 12 pessoas. O marido dela é aposentado além das filhas e dos filhos das filhas, Sra. Joca afirma estar com a guarda de dois sobrinhos cuja mãe está presa. A casa de Sra. Joca é relativamente grande, se considerarmos com outras residências da comunidade, no entanto não grande o suficiente para abrigar 12 pessoas, além do mais, a casa dela

encontra-se em situação de risco. Observando a casa – vale destacar que ela convidou para entrar e olhar a casa – percebe-se claramente que as vigas que sustentam o telhado estão podres, algumas inclusive quebradas já, enfim, a casa encontra-se em situação muito precária.

Outra casa que abriga mais de 10 pessoas é a casa da Sra. Preta. Ela é viúva e moram com ela várias filhas com seus filhos, num total de 13 pessoas na casa.

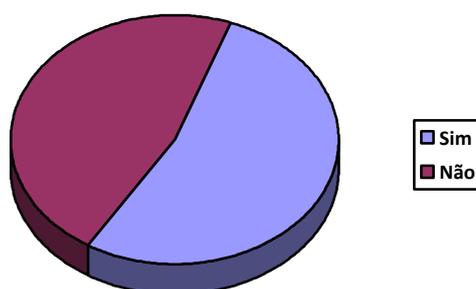
2.2.3 As Mulheres Entrevistadas e o Centro Social Marista Mont Serrat

No decorrer das entrevistas, cinco perguntas foram direcionadas no sentido de perceber a relação das mulheres com o Centro Social Marista considerando seu conhecimento em relação ao mesmo, bem como sua participação (ou não) nas oficinas oferecidas pelo mesmo.

A primeira pergunta deste bloco se referia à participação em atividades no Centro Social Marista Mont Serrat no passado. Percebeu-se que muitas delas já haviam participado em pelo menos uma atividade oferecida pelo Centro Social.

Tabela e gráfico 7 – Participação nas atividades no Centro Social Marista

Participaram de atividades	Número de mulheres	Percentual
Sim	08	53,4%
Não	07	46,6%



Como segunda pergunta, solicitamos que as entrevistadas que já participaram de alguma atividade descrevessem sua participação nas oficinas. As respostas foram muito simples e diretas, porém revelaram uma grande satisfação das mulheres em relação aos espaços que participaram. Negrinha afirma que: “é muito bom, gostoso, traz momentos alegres”. Maria Luiza vai além da afirmação de

que foi bom, importante, ela aponta para a continuidade, afirmando que “Foi ótimo, não queria que tivesse terminado porque aprende, é bom pra gente, pra distrair a gente. Se alguém botasse alguma coisa assim pra gente fazer é ótimo. Até ia falar pra Fernanda (Assistente Social) botá isso pra gente. Ainda neste sentido, Leca afirma que foi “muito bom, bacana, importante”.

Vale destacar que a maioria das mulheres descreveu sua experiência nas oficinas a partir da importância que estas tiveram no que tange ao aprendizado obtido no decorrer do processo. Assim, Bruna destaca: “Bom, importante porque tava aprendendo e hoje precisa muito”. Cassandra também confirma dessa forma colocando que: “É bom pra aprender”. Para Julia, o aprendizado foi importante mas não muito aprofundado: “Foi ótimo. Trouxe bastante informação sobre questões que eu era ignorante. Aprofundou algumas áreas que conhecia mas não a fundo”, afirma ela.

Além do aprendizado, uma das entrevistadas, Sra. Preta, destacou a importância dos educadores, das pessoas que estão a frente da realização destes projetos. Segundo ela a participação foi “boa, aprende-se muita coisa. Os professores são pessoas boas, que ficam em cima dizendo *não, não vai desistir*”. Percebe-se aqui o papel de quem está a frente destes espaços. É necessário que sejam pessoas dispostas a contribuir e tenham persistência na tarefa de animar, motivar as pessoas a participarem.

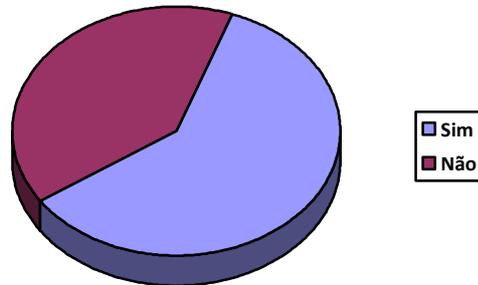
Por fim, destacamos a resposta de Bia que questiona a participação da comunidade. Segundo ela o projeto foi “muito bom, pena que pouca participação da comunidade então não pode durar mais tempo.” De fato, o projeto ao qual ela se referia, o *Projeto de Inclusão Digital para a Cidadania*, deixou de acontecer por falta de participação da comunidade.

Ao olhar o quadro geral das respostas na questão número dois contata-se que as mulheres que participaram das oficinas gostaram muito da experiência e as destacaram como importantes para a ampliação de seus conhecimentos. Pergunta-se então: se elas gostaram tanto, por que não continuam a participar?

A terceira pergunta dirigida às entrevistadas dizia respeito ao conhecimento das oficinas que atualmente são oferecidas no Centro Social.

Tabela e gráfico 8 – Conhecimento das oficinas oferecidas no Centro Social Marista

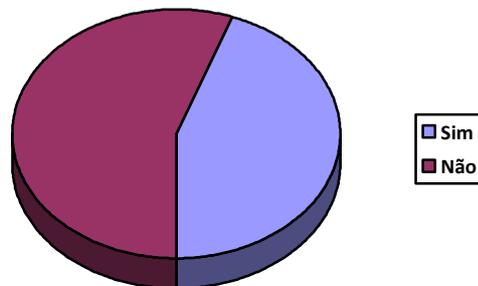
Conhecimento das oficinas	Número de mulheres	Percentual
Sim	09	60%
Não	06	40%



Em seguida, às mulheres que responderam sim, questionou-se se elas participam desta(s) oficinas.

Tabela e gráfico 9 – Participação nas oficinas oferecidas no Centro Social Marista

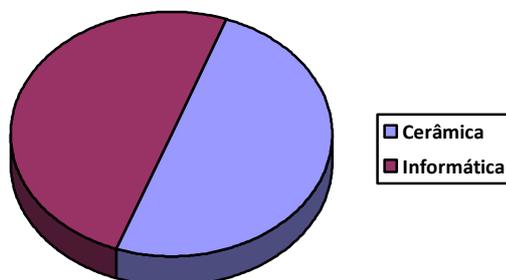
Participam das oficinas	Número de mulheres	Percentual
Sim	04	44,4%
Não	05	56,6%



Perguntou-se também em qual das oficinas estão participando. Das quatro mulheres que participam, duas delas participam da *Oficina de Cerâmica – Rosa da África* e outras duas do projeto *Inclusão Digital para a Cidadania*.

Tabela e gráfico 10 – Oficinas participadas no Centro Social Marista

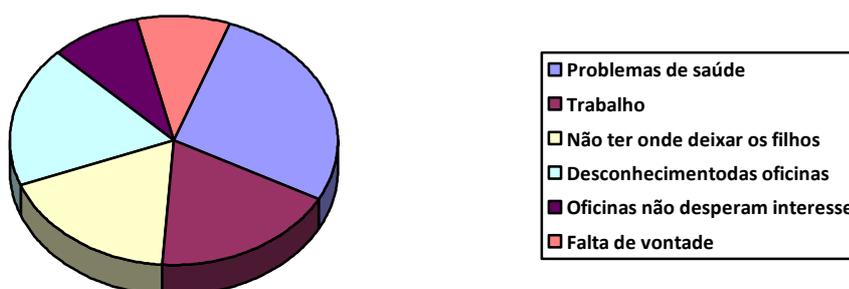
Oficinas	Número de mulheres	Percentual
Cerâmica	02	50%
Informática	02	50%



Às mulheres que disseram não participar das oficinas atualmente, perguntou-se o motivo pelo qual não participam. Percebe-se a partir do gráfico abaixo que os motivos pela não participação são vários.

Tabela e gráfico 11 – Motivos da não participação nas oficinas do Centro Social Marista

Motivo	Número de mulheres	Percentual
Problemas de saúde	03	27,2%
Trabalho	02	18,2%
Não ter onde deixar os filhos	02	18,2%
Desconhecimento das oficinas	02	18,2%
Oficinas não despertam interesse	01	9,1%
Falta de vontade	01	9,1%



Por fim, neste sentido da relação das mulheres com o Centro Social, oportunizou-se às entrevistadas opinar abertamente sobre o Centro Social Marista Mont Serrat. De forma geral, as mulheres destacaram a importância do Centro Social. Algumas destacaram a importância do Centro Social especialmente para as crianças da comunidade.

“Pessoal esforçado. Está tudo bom, o cuidado com as crianças, o Centro Social é importante para a comunidade, tira as crianças da rua.” (BIA)

“Os projetos são bons, maneira maravilhosa de tirar as crianças da rua.”

(PRETA)

“Bom, ótimo para as crianças não ficarem sem fazer nada, é ótimo.”

(SIMONE)

“O trabalho é bom. Tem lugar pras crianças ficarem ao invés de ficar na rua aprontando.” (NEGRINHA)

Esta preocupação grande das mães em tirar os filhos da rua se dá especialmente pela exposição que as crianças e adolescentes ficam em relação ao narcotráfico existente no Morro. O Centro Social Marista Mont Serrat, desde quando iniciou como Projeto Travessia em 1993 se apresenta como uma “[...] alternativa de enfrentamento, apresentando outra(s) possibilidade(s), na medida em que abre oportunidades de educação, de informação, de valorização da vida.” (COPPETE, 2003, p. 110). Esse papel, olhando a partir das falas das mulheres entrevistadas é amplamente reconhecido pela comunidade. Vale destacar que o Projeto Travessia, hoje Centro Social Marista Mont Serrat, iniciou como *uma* “atividade social envolvendo crianças e adolescentes que ficavam pelas ruas do morro” (COPPETE, 2003, p. 123). Surgiu a partir da preocupação de um grupo de mulheres (líderes comunitárias e também religiosas), elas *estavam contatando que essas crianças e adolescentes poderiam se tornar mão-de-obra para o narcotráfico, devido à sua permanência na rua durante parte do dia.*

A mãe Angélica destacou que *“o Centro Cultural⁸ é maravilhoso para o filho, ele ficou mais independente, tornou-se um homenzinho.”* Cabe ressaltar aqui que o Centro Social se propõe a instigar cotidianamente o protagonismo das crianças e adolescentes que são atendidos pelo Serviço de Apoio Socioeducativo, um dos objetivos deste Serviço é *desenvolver o protagonismo.*

Uma mãe destacou que *“ali é super legal para as crianças. Deveria ter mais coisa para as criança aprender: professora pra dar reforço escolar, como se comporta.”* (BRUNA). Apesar deste pedido da mãe o Centro Social Marista não tem a tarefa de fazer reforço escolar, mas sim desenvolver as potencialidades das crianças e adolescentes através das diferentes oficinas, de forma lúdica.

⁸ O Centro Social Marista Mont Serrat tem uma parceria com o Centro Cultural Escrava Anastácia para a utilização do espaço onde é a sede do Centro Social, por este motivo e por outros, como por exemplo o acompanhamento por parte do Pe Vilson Groh (liderança religiosa muito respeitada no Morro) a ambas as instituições, a população do Mont Serrat se confunde em alguns momentos na diferenciação entre o Centro Social Marista Mont Serrat e o Centro Cultural Escrava Anastácia.

Segundo a Sra. Aborígene o Centro Social Marista Mont Serrat deveria “*viabilizar oportunidade de emprego*”. Outra mãe, Sra. Maria Julia afirmou que “*não devia ter tirado o biscoit⁹. Falta projeto para as mães, cursinho.*” Percebe-se nestas duas mães a preocupação de que os projetos auxiliem na busca de emprego e no aprendizado de trabalhos que possam contribuir com a renda. Esta na verdade é a grande necessidade das mulheres entrevistadas, como veremos abaixo.

Outras mães responderam de forma muito objetiva:

“*Bem estruturado.*” (LECA)

“*É ótimo.*” (JULIA)

Entre as 15 mulheres entrevistadas uma delas disse não ter opinião formada em relação ao Centro Social Marista Mont Serrat. E por fim, a Sra. Joca afirmou que o “*Projeto é muito bom, quem quer seguir em frente tem oportunidade*”. Percebe-se que para ela o Centro Social Marista é uma oportunidade, no entanto não basta existir o Centro Social, os projetos, as oportunidades se não há o desejo individual de participação ou mesmo de mudança.

2.2.4 As Mulheres Entrevistadas, suas Necessidades e seu Protagonismo

Cinco das perguntas dirigidas às entrevistadas foram mais direcionadas ao foco deste trabalho que seriam as necessidades humanas e o protagonismo popular.

A primeira pergunta deste bloco, a pergunta número 05 (cinco) da entrevista, questionou se as oficinas oferecidas pelo Centro Social Marista atendem as necessidades das entrevistadas. A maioria (60%) delas afirmou que sim, 20% afirmou que não e 20% afirmou que não tem opinião formada sobre isso. Vejamos os gráficos:

⁹ Projeto que existia no Centro Social Marista Mont Serrat no qual ela participava e, segundo o que demonstrou, gostava muito.

Tabela e gráfico 12 – Se as oficinas oferecidas atendem as necessidades das entrevistadas

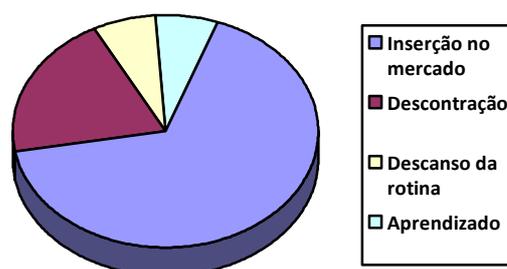
Atendem as necessidades	Número de mulheres	Percentual
Sim	09	60%
Não	03	20%
Não tem opinião sobre isso	03	20%



A questão número 06 (seis), segunda deste bloco, questionou as mulheres em relação ao que elas buscam ao participar de uma oficina como as oferecidas pelo Centro Social Marista Mont Serrat.

Tabela e gráfico 13 – O que busca-se ao participar de uma oficina

O que buscam	Número de mulheres	Percentual
Inserção no mercado de trabalho a partir do conhecimento que a oficina oferece	10	66,6%
Descontração/oportunidade de encontrar pessoas para conversar	03	20%
Descansar de sua rotina atual	01	6,7%
Aprendizado	01	6,7%



Uma mulher, Sra. Bia, apontou outro motivo pelo qual busca participar em espaços como os oferecidos pelo Centro Social Marista Mont Serrat. Segundo ela, busca “Aprender para si mesma, pra ter experiência no que a oficina oferece”.

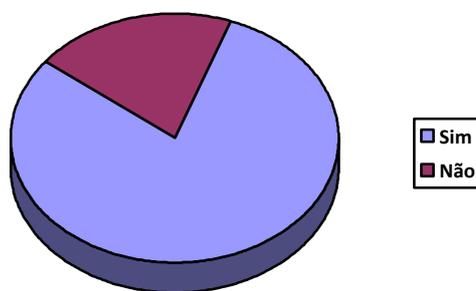
O grande destaque na questão posta é a busca pela inserção no mercado de trabalho. As mulheres, em sua maioria não vão buscar espaços de relação, onde

possam dialogar com outras mulheres sobre problemas comuns, ou mesmo fugir da rotina atual, elas buscam aprender para vender sua força de trabalho. Somente uma delas afirmou ser importante aprender algo para sim mesma, para o conhecimento individual sobre algum assunto.

Questionadas sobre o interesse em participar de oficinas no Centro Social Marista Mont Serrat, 80% das mulheres responderam que tem interesse.

Tabela e gráfico 14 – Interesse em participar das oficinas no Centro Social Marista Mont Serrat

Tem interesse	Número de mulheres	Percentual
Sim	12	80%
Não	03	20%



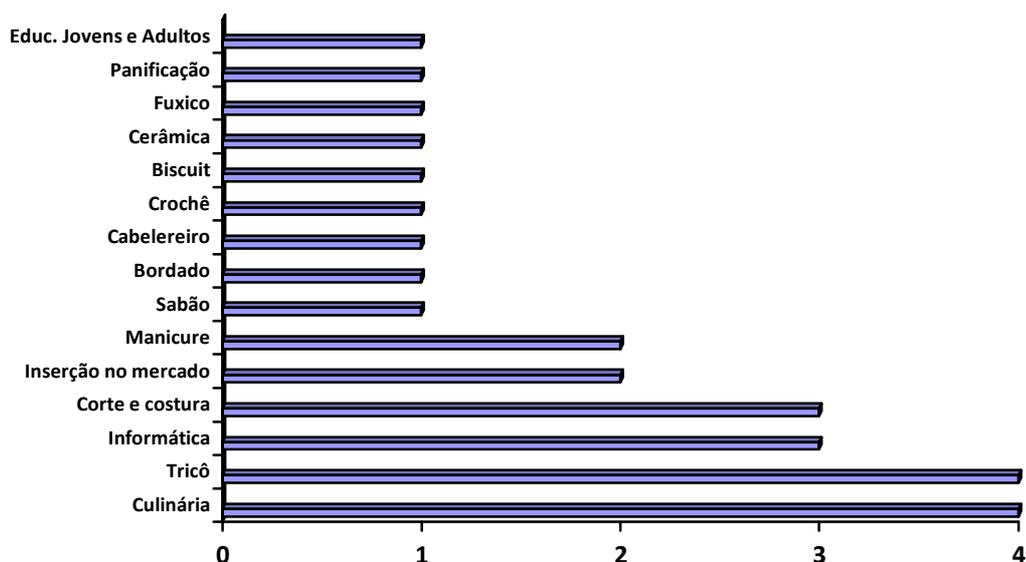
Após saber do interesse (ou não) das mulheres em participar de oficinas, a oitava pergunta feita foi de caráter aberto possibilitando as mulheres a responder sobre o que elas gostariam que o Centro Social Mont Serrat oferecesse à elas, a partir de suas necessidades e de seus desejos. As respostas obtidas foram várias, mas não muito diversas porque a maioria delas vão no sentido de aprender algo que possa, mais tarde, ser usado na inserção no mercado de trabalho ou então que seja na produção de artesanato que possa gerar renda.

Duas mulheres disseram não ter idéia alguma a sugerir. As outras treze sugeriram:

Tabela e gráfico 15 – Oficinas sugeridas para realização no Centro Social Marista

Oficina sugerida	Número de sugestões
Culinária	04
Tricô	04
Informática	03
Corte e costura	03
Noções básicas para inserção no mercado de trabalho	02
Manicure	02
Sabão	01
Bordado	01
Cabelereiro	01

Crochê	01
Biscuit	01
Cerâmica	01
Fuxico	01
Panificação	01
Educação de jovens e adultos	01
Pintura	01



Ao olhar para as oficinas propostas pelas mulheres entrevistadas, percebe-se que a busca pela inserção no mercado de trabalho ou qualquer outra forma que possa gerar renda é gritante. Nenhuma das propostas levantadas diz respeito à cultura, ao lazer, todas vão ao encontro da ocupação laboral.

Podemos perceber dessa forma, a situação de vulnerabilidade social e econômica presentes no morro, com certeza essas mulheres sentem na pele a necessidade de ter um trabalho digno para colocar comida na mesa, e são elas na maioria das vezes, que necessariamente precisam “dar conta” do sustento dos filhos e da casa.

No entanto, é importante enfatizar que na realidade, embora a luta pela equidade de gênero seja intensa, a discriminação entre homens e mulheres continua profundamente enraizada na sociedade e a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda está longe de ser uma realidade, impedindo principalmente mulheres empobrecidas de ter um emprego digno e com reais condições de igualdade. Isso somado a outros fatores como a baixa escolaridade e

a escassez de políticas públicas para esse público, leva a triste realidade que podemos perceber nas colocações das entrevistadas.

Por fim, as mulheres foram questionadas acerca de sua participação em alguma organização na comunidade ou algum movimento social. A grande maioria delas não participa, não se envolve em organização alguma. Das que participam, uma diz estar ligada as atividades da Igreja e outra participa, além das atividades da Igreja, também do Conselho Comunitário.

Tabela e gráfico 16 – Participação em alguma organização na comunidade ou movimento social

Participam	Número de mulheres	Percentual
Sim	02	13,3%
Não	13	86,7%

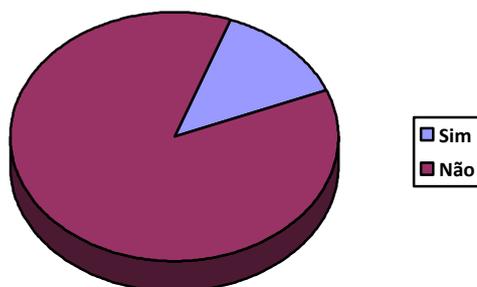
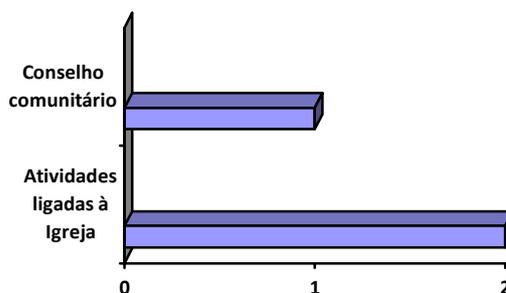


Tabela e gráfico 17 – Organização ou movimento social que participam

Organização	Número de mulheres
Atividades ligadas à Igreja	02
Conselho Comunitário	01



Vale destacar que a Igreja Católica tem uma atuação muito expressiva no Mont Serrat devido a presença do Pe Wilson Groh que “além de organizar diversas atividades coletivas, tem trânsito em todos esses espaços” (COPPETE, 2003, p. 62).

Coppete (2003) se referia aos terreiros e centros de umbanda, mas podemos afirmar que também em muitos outros espaços organizativos da comunidade, inclusive nos espaços do poder público. Em relação ao Conselho Comunitário, é um movimento que surgiu na década de 1970 como demanda popular mas também por interesses políticos, hoje é um dos Conselhos mais atuantes em Florianópolis.

A última pergunta, ainda dentro da linha da participação, foi em relação ao porquê da participação ou da não participação nos espaços acima citados. Destacamos que uma das entrevistadas não respondeu a esta questão.

Dentre as que participam as respostas foram positivas. Para Sra. Leca é bom sair da rotina além de ajudar na comunidade. Segundo ela, participar “traz benefícios para a comunidade, participar de outras atividades fora da rotina”. Sra Preta dá destaque ao que o ato de participar traz para sua vida pessoal, para ela “É bom participar. É um jeito de se dar melhor com as pessoas, ter contato com as pessoas. Isso pra gente é muito bom, me ajudou bastante”.

As mulheres entrevistadas que não participam de nenhuma forma de organização na comunidade justificam que não participam por diversos motivos, os quais analisaremos a seguir. Antes disso, porém, é importante destacar que as mulheres entrevistadas quando se referem à participação em alguma forma de organização estão falando do Conselho Comunitário, sendo esta a organização mais próxima da realidade dessas mulheres e talvez, a única forma de organização comunitária que as mesmas conheçam. E algumas ainda desconhecem totalmente, conforme esclarece a entrevistada Simone, *“não tenho noção do que é e como funciona”*.

As respostas abaixo demonstram a percepção da entrevistas sobre a participação, referindo-se ao Conselho e ainda justifica o porque da não participação delas nesse espaço:

“Porque não sei, falta de informação, quando vê já está acontecendo. Excluída!” (KETHLEN)

“Aqui no nosso morro quase não vai ninguém. Nosso morro aqui é muito desprezado, não tem nada: escola, centro social, nem rede de esgoto, pra você ter idéia. Os caminhos pra chegar era pra ser tudo arrumado, tá tudo assim”. (ZÉZA)

“Cuidá dos filhos”. (ABORÍGENE)

“Não tem convite, quando tem eu participo pra distrair e sair de dentro de casa. Eu mesmo só vivo dentro de casa e pros meus filhos, é bom pra distrair. Agora até to saindo, pra procurar emprego.” (BRUNA)

“Não convidam a gente pra ir, se convidassem pra gente fazer algum serviço a gente ia, mas não tem ninguém pra convidar. Acho legal participar, gosto quando a Assistente Social vem conversar comigo.” (MARIA LUIZA)

“Não participo porque quando precisa não ajudam, líder de comunidade não tem nenhum porque você não vê o que dizem que vão fazer, e não fazem nada. Tem sim na época da eleição que dizem que vão fazer, mas depois não fazem. Minha casa tá caindo, vai cair na cabeça dos 12 quem moram aqui, eles vem aqui, tiram foto e não fazem nada. Vê se tem condições”. (JOCA)

“Acho importante, tem muitas pessoas que gostam de maltratar outras pessoas e não é assim que se conversa. O Conselho Comunitário pode ajudar a melhorar alguma coisa na comunidade. Tem a questão das drogas, da liberação das drogas (falou da discussão de liberar as drogas para que não se comercialize escondido, para que paguem impostos). Se conhece mais pessoas, leva as pessoas a saírem de casa, porque tem muitas pessoas que só ficam dentro de casa, o Conselho dá oportunidade de conhecer pessoas de outros lugares, outras coisas diferentes.” (NEGRINHA)

Conforme pudemos analisar nas respostas acima, a questão da participação ainda é bastante frágil e reduzida, visto que as pessoas normalmente desconhecem a importância da organização popular ou acham que os “benefícios” dessa organização é apenas para alguns, dessa forma, preferem não se envolver, conforme ressalta Cassandra: *“Sô mais na minha. A comunidade é mais assim, depende, olham mais por eles mesmo”*

Em outros casos, até acham importante, mas mesmo assim não participam, seja pela falta de convite, seja por desconhecer o trabalho da organização comunitária, seja pelas tarefas de cuidar dos filhos (e/ou dos netos), cuidar da casa, das coisas do marido, enfim, sabemos que esta é uma questão histórica, resultado de diferentes interesses, advindos de processos históricos e sociais diversos, o que a ressalta como construção histórica por excelência, produto de um processo de contradições sociais em constante movimento. Concordamos com Silveira quando nos lembra que mesmo com:

[...] um histórico de opressão do modo de produção capitalista (exploração, alienação, desigualdade, etc.), compreendemos que, a classe trabalhadora deve ser o sujeito concreto principal de um projeto de transformação da realidade social. O projeto de transformação social deve estar estruturado no sentido de levar o poder social, latente na população, para uma dimensão política. Assim, o empoderamento das classes populares pode incidir na transformação do poder social em poder político (SILVEIRA, 2005, p. 11).

Percebe-se também que se busca na participação soluções imediatas – o que é próprio da cultura capitalista impregnada na vida dos sujeitos, assim, só vale a pena participar se o meu problema for resolvido imediatamente. “*Não participo porque quando precisa não ajudam [...]*” (JOCA).

A necessidade primordial de sobrevivência leva estas mulheres a sugerirem basicamente coisas emergenciais, essenciais para sua sobrevivência; e não pensarem em coisas subjetivas, ligadas ao lazer, identidade ou autoestima. (MANFRINI, 2004, p. 108)

Destaca-se também a falta de perspectiva para a vida pessoal que leva conseqüentemente à falta de expectativa na vida comunitária, assinalando para um quadro de depressão. Cida é exemplo disso: “*Não tenho mais vontade de nada, depois que meu filho foi embora, nem sei mais, não tenho vontade de nada. Só como e durmo.*”

Por fim, ressalta-se que mesmo não participando, algumas mulheres reconhecem a importância das organizações populares para a vida da comunidade. Sra. Neguinha no alerta “*O Conselho Comunitário pode ajudar a melhorar alguma coisa na comunidade*”. Neste mesmo sentido temos a conclusão sábia de Sra. Angélica, que mesmo afirmando que nunca foi convidada, destaca que “[...] *sempre é bom ajudar na comunidade, o que melhora pra comunidade é bom pra gente.*”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O homem é o ser que tem de estar inventando
ou criando constantemente novas soluções.”
(Adolfo Sánchez Vázquez)

Ao realizar este Trabalho de Conclusão de Curso é possível apontar algumas considerações acerca da temática desenvolvida sem, contudo, ter a pretensão de esgotar o tema em pauta.

No decorrer do Trabalho nos propomos a fazer uma análise da vinculação orgânica do processo de satisfação de necessidades humanas básicas com o protagonismo popular no âmbito dos serviços no espaço das políticas socioassistenciais, incluindo os serviços prestados pela rede socioassistencial. Todo o trabalho desenvolvido foi tendo por pressuposto que faz-se necessário que o caminho para a elaboração da política de assistência social, seja reconhecido a partir da possibilidade de fomento da autonomia dos sujeitos, como referencia Pereira (2008).

Percebeu-se que as mulheres, na possibilidade de indicarem projetos para atender suas necessidades, indicarem somente projetos que atendam a necessidade de trabalho e renda, ressalta-se que nas diversas situações analisadas as mulheres mostram “o valor do trabalho tanto para a sobrevivência como para a manutenção da dignidade pessoal” (YASBEK, 1996, p. 96). Na luta diária pela sobrevivência as mulheres nem se quer se dão conta de que poderiam optar por algo que lhes fosse prazeroso, que levasse à realização pessoal. O trabalho delimitado a uma forma de *ganhar a vida*. O trabalho, não associado à realização pessoal vai assumindo um caráter contraditório, de luta pela vida e de manutenção da vida e da dignidade. O trabalho é então um

[...] lugar de espoliação, de sofrimento, que permeia as lembranças desde a infância. Aqui o trabalho atividade submetida à espoliação (“labour”): perdas objetivas e sofrimentos subjetivos. Mas é também questão básica quando se trata da manutenção da vida e da dignidade do homem. (YASBEK, 1996, p. 98)

Dessa forma o trabalho não assume a perspectiva *criadora ou libertadora*. Perspectiva essa que pode levar à emancipação do sujeito, mas assim, o trabalho reforça a alienação.

As mulheres não reforçam a necessidade de oficinas relacionadas a questões que lhes dêem prazer, que lhes tragam satisfação talvez por não identificar que estas questões também são *partes orgânicas da vida cotidiana*. Para Heller (1972) a vida cotidiana tem por parte integrante “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. Heller (1972) afirma que essas compreensões,

[...] esse amadurecimento para a cotidianidade começa sempre “por grupos” (em nossos dias, de modo geral, na família, na escola, em pequenas comunidades). E esses grupos *face-to-face* estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores. O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade. (HELLER, 1972, p. 19)

Vale destacar ainda a vida cotidiana é a vida do indivíduo, do “eu”.

E as necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do *Eu*. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”. (HELLER, 1972, p. 20).

Essa teoria justifica a preocupação das mulheres em buscar atividades que garantam a renda para a família, pois na situação de vulnerabilidade que se encontram, desempregadas e com tamanha responsabilidade com filhos e netos, essas mulheres necessitam satisfazer as suas necessidades, sendo que sua necessidade é dar conta desta demanda.

É preciso considerar que o sujeito cria constantemente novas soluções e que *o homem não vive em constante estado criador*, mas ele “só cria por necessidade; isto é, para adaptar-se a novas situações, ou satisfazer novas necessidades.” (VÁZQUES, 2007, p. 267). Como o homem está alienado de seu trabalho, produzindo para outro consumir.

É importante destacar aqui a questão do sujeito. Segundo Sader (1988), se antes sujeito era àquele que se ‘sujeitava’ a alguma coisa ou a alguém, hoje sujeito é aquele que também protagoniza a cena social. Relacionado a este entendimento, cabe relatar um dos traços comuns em todas estas figurações sobre

‘o sujeito’, que é o da autonomia que os indivíduos conquistaram em relação a vários aspectos da sociedade. Sader (1988) complementa esta idéia dizendo que tal *“autonomia do sujeito foi resultante das experiências de participação nos movimentos sociais, ou seja, diz que a nova forma dos indivíduos de viver a participação social afetou, entre outras noções, a de sujeito”*. Assim, sujeito passa a ser aquele que ao mesmo tempo possui e produz (faz parte das) relações consigo e com o outro. Portanto o conceito de sujeito adquiriu novo significado não somente no sentido da participação coletiva, mas também na característica de personalidade, ou seja, na identidade individual, na subjetividade.

Assim, a função pedagógica do profissional do Serviço Social, numa perspectiva emancipatória está na desmistificação da participação do usuário, muitas vezes entendido apenas como um depositário de benefícios concedidos, na redefinição da função da Instituição, na politização dos sujeitos, na identificação das necessidades, formulação das demandas, controle de ações do Estado. O desafio para o Assistente Social é contribuir para o avanço do processo de politização dos usuários na luta pela ampliação e qualidade dos serviços sociais prestados pelo Estado, na contracorrente das estratégias de dominantes que têm as políticas sociais como mecanismos.

Para finalizar é importante salientar que os desafios postos à profissão na atualidade, tomando por referência Yamamoto (2000):

[...] o Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária.

As políticas socioassistenciais devem ser alicerçadas na igualdade, na universalidade e dever ser construídas a partir da participação popular (ROCHA, 2009) assim garantirão minimamente a satisfação das necessidades sociais superando as condições históricas.

A construção de uma política socioassistencial que suponha que resposta histórica, no sentido de distribuição de renda e que contemple o caráter universal e não contributivo, relaciona-se com a construção de esquemas próprios, alicerçados na participação popular, para que o rompimento dos arranjos focalistas, meritocráticos e atrelados a interesses de minorias no poder se direcione a um sistema de proteção social alicerçado em valores universais e éticos que ensejem a construção coletiva e possibilite a

libertação do constrangimento daquilo que Marx e Engels (2007) denominaram de *meras condições materiais de existência*. (ROCHA, 2009, p. 86)

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2002.

BELLO, João. **Poemas: O parque dos nossos sonhos.** Curitiba: J.B. Produções Humanas e Culturais, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.**

_____, Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNSA/2004; Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2005 (Reimpresso em 2010).

CARTILHA DA ASSEMBLEIA POPULAR. **Para debater a crise.** São Paulo, 2009.

COPPETE, Maria C. **Janelas Abertas: uma experiência de educação no morro Mont Serrat/Florianópolis.** São Paulo: FTD S.A, 2003.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada.** São Paulo: Estação da Liberdade, 1989.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez. Famílias Monoparentais. Mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, Adriana. **Família em cena: tramas, dramas e transformações.** Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 39 – 49, 2002.

GUSTIN, Miracy B. de S. **Das Necessidades Humanas aos Direitos.** Belo Horizonte: Del-Rey, 2009.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____, **Teoría de las necesidades em Marx**. Traducción de J. F. Yvars. Barcelona: Gráficas Hurope, 1986.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, M.H.C. **O tempo do SUAS**. In: Revista Serviço Social e Sociedade: SUS e SUAS, Ano XXVI, nº87. São Paulo: Cortez, 2006.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.

MANFRINI, Daniele B. **Demandas de políticas públicas para famílias chefiadas por mulheres no município de Timbó/SC** (130p.). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MESQUITA, Camile S. **O programa bolsa família: uma análise de seu impacto e alcance social** (139 p.). Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Política Social. Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2007.

MINAYO, M.C. de S. (organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MÉZSÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, no prelo.

MOTA, A. E., MARANHÃO, C.H., SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade: SUS e SUAS**, Ano XXVI, nº87. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O poder popular na Venezuela e a práxis bolivariana. In: OURIQUES, Nildo. (Org.). **Raízes no libertador**, Florianópolis: Insular, v. 1, p. 109-128, 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVII, nº 87, set 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. In: **Revista Katálysis**. Edição 2/2010 (no prelo, segundo semestre de 2010) Florianópolis: 2010.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Latino-americano. In: **Carta**: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Brasília: Senado Federal, n. 2, 1991.

_____. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

ROCHA, Mirella. **Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina**: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela (245 p.). Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica do serviço social; v. 3)

SILVEIRA, A. F. Desenvolvimento Sustentável e Empoderamento Juvenil. In: **Revista Debates**. Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS. Porto Alegre: Vol. 1, nº1, dez, 2005.

SOARES, Ediane A. **Os desafios da Política de Assistência Social no CRAS I – Lages (SC): Limites e possibilidades** (56 p.). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2009.

SPOSATI, A. O Primeiro ano do SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade: SUS e SUAS**, Ano XXVI, nº87. São Paulo: Cortez, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

YASBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VÁZQUES, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

APÉNDICE A

Certificado

http://www.reitoria.ufsc.br/~hpcep/projeto_cep/cer...

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO nº 1047

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584-GR/99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o conteúdo no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvam seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

APROVADO

PROCESSO: 1047 **FR:** 376124

TÍTULO: Protagonismo popular e necessidades humanas: Um estudo com famílias usuárias dos serviços socioassistenciais do Centro Social Marista Mont Serrat

AUTOR: Mirella Farias Rocha, Elena Casagrande

FLORIANÓPOLIS, 25 de Outubro de 2010.


Coordenador do CEPSH/UFSC

Prof. Washington Portela de Souza
Coordenador do CEP/PRPe/UFSC

APÊNDICE B

**PROTAGONISMO POPULAR E NECESSIDADES HUMANAS: UM ESTUDO COM MULHERES DA
COMUNIDADE MONT SERRAT – FLORIANÓPOLIS/SC**

Acadêmica Pesquisadora: Elena Casagrande

Prof. Orientadora: Me. Mirella Rocha

Roteiro Sugestivo para Entrevista

Data de nascimento: ____/____/____ Profissão: _____

Situação no Mercado de Trabalho: _____

Estado Civil: () Solteira () Casada () Vive com companheiro ()
Separada () Divorciada

Nº de dependentes: _____ Nº de pessoas que vivem na casa _____

01. Já participou de oficina(s) oferecidas(s) no Centro Social Marista?

() SIM () NÃO

02. Se respondeu SIM à pergunta anterior, descreva sua experiência e/ou opinião em participar da(s) oficina(s).

03. Conhece alguma(s) oficina(s) atualmente oferecida(s) pelo Centro Social Marista?

() SIM () NÃO

04. Você participa dessa(s) oficina(s)?

() SIM () NÃO

Se SIM, participa de qual(is)? _____

Se NÃO participa, por qual motivo não participa?

() Trabalho

() Não tem onde deixar os filhos

() As oficinas oferecidas não despertam interesse

() Outro motivo.

Qual: _____

05. Você considera que as oficinas que são oferecidas na comunidade Mont Serrat atendem sua necessidade?

() SIM () NÃO () Não tem opinião sobre isso

06. Qual a maior expectativa você tem com relação à participação em projetos e programas socioassistenciais como essas oficinas?

- () Descontração ou oportunidade de encontrar pessoas para conversar;
 () Descansar de sua rotina atual;
 () Inserção no mercado de trabalho a partir do conhecimento que a oficina oferece
 () Outra(o).Qual(is)?_____

07. Você teria interesse em participar de oficina(s) oferecida(s) pelo Centro Social Marista?

- () SIM () NÃO

08. Se respondeu SIM à pergunta anterior, responda qual proposta de oficina ou projeto atenderia suas necessidades?

09. Você participa de alguma organização na comunidade ou movimento social? Se sim, qual(is)?

10. Se PARTICIPA: por que acha importante participar? Se NÃO PARTICIPA: por que não participa?

11. Tem alguma observação, comentário ou sugestão a respeito dos projetos socioassistenciais oferecidos na Comunidade Mont Serrat de modo geral ou sobre a(s) oficina(s) oferecida(s) pelo Centro Social Marista?

Informações para Exclusivas para Facilitação do Trato dos Dados

Nome Fictício: _____

Data de Realização da Entrevista:_____/_____/_____

Nº da Entrevista:_____

APÉNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada sua participar da pesquisa sobre **a importância da sua participação na elaboração de políticas e projetos socioassistenciais**. Você foi escolhida por compor o universo das mães das crianças e adolescentes que participam do Centro Social Marista Mont Serrat e que, no momento, estão fora do mercado formal de trabalho.

O objetivo deste estudo é destacar a importância da participação popular na formulação dos serviços socioassistenciais, considerando que a participação se dá a partir buscas de satisfação das necessidades humanas básicas de cada indivíduo.

Sua participação nesta pesquisa será através de respostas as perguntas realizadas durante uma entrevista, expressando sua opinião sobre os projetos oferecidos pelo Centro Social Marista e sobre a importância da participação na comunidade com um todo.

A participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Se você se recusar a participar, não terá prejuízo nenhum na sua relação com a pesquisadora ou com o Centro Social Marista Mont Serrat. Sua participação é voluntária e sua identidade não será revelada.

Os benefícios relacionados à sua participação são muito significativos. Através de sua participação, poderemos sugerir a reestruturação dos projetos oferecidos pelo Centro Social Marista Mont Serrat bem como sugerir novos projetos que atendam as suas necessidades.

As informações obtidas através desta pesquisa serão utilizadas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e através deste é que serão difundidas. Reafirmamos que os dados que possam identificá-la não serão divulgados.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal e da professora orientadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Obrigada por sua colaboração e por merecer a sua confiança.

Estudante Pesquisadora
Elena Casagrande
Fone: (48) 9148-9213.

Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso
Profª Msc. Mirella Rocha
Depart. de Serviço Social/CSE/Universidade Federal de Santa Catarina
Fone: (48) 3721-9540.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Florianópolis, ____ de _____ de 2010.

sujeito da pesquisa